PG-013 – Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAÇÃO renova

Definição do Programa – Etapa 3

Dezembro/17

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA

Data	Id	Resumo da mudança
30/10/2017	00	Emissão Inicial

SUMÁRIO

1. Sumário executivo 1

2. Objetivo 4

3. Metodologia utilizada 4

4. Declaração do programa 5

4.1 Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições 5
4.2 Ajuste de Escopo 7
4.3 Ações realizadas e em andamento 8
4.4 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções 9
4.4.1 ..... Histórico de engajamento dos stakeholders 14
4.4.2 ..... Solução Construída 15
4.5 Interface com outros Programas 23
4.6 Projetos e processos do programa 24

5. Planejamento consolidado do programa 29

5.1 Custo do programa (R$ milhão) 29
5.2 Cronograma do programa 32
5.3 Papéis e Responsabilidades 32

6. Plano de resultados 35

6.1 Indicadores do Programa 35
6.2 Critérios para encerramento do programa 36
6.3 Fichas dos indicadores 38

7. Anexos 44

8. Referências Bibliográficas 44

Introdução 77

Objetivo: 78

Objetivos específicos 78

Caracterização da atividade turística da Foz do Rio Doce 79

Pilares estratégicos 79

Fortalecimento Turístico 80
Cooperativismo e Associativismo 80
Compras em conjunto e Acesso a Mercado..... 80
Comércio Justo..... 80
Sustentabilidade..... 80
Capacitação e Formação dos Empreendedores e Potenciais Empreendedores ligados a cadeia produtiva do turismo existente nas comunidades de Regência e Povoação..... 81

Metodologia 81

Apoio a eventos tradicionais locais (Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer)..... 81
Parceria entre Renova e SEBRAE (Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios)..... 84

Cronograma 87

Custos..... 89

Resultados Esperados 89

Anexo III - Equipe do Programa 90

1. Sumário executivo

Este documento tem como finalidade formalizar as entregas da fase de definição do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de acordo com Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC – cláusulas 101 a 105 conforme anexo).

O programa tem como objetivo fortalecer as instituições locais relacionadas à cultura, turismo, lazer e esporte, promover a efetividade, a racionalidade e a continuidade das políticas públicas setoriais destas áreas integrando os municípios aos respectivos Sistemas Estaduais e Nacional, e, promovendo a participação social da sociedade civil fortalecendo o controle social.

Para atendimento a este objetivo foram definidos os projetos que devem ser implementados durante a execução do programa. Nas tabelas abaixo, estão descritos seus objetivos, tempo de duração e custo estimados. O custo total estimado do programa é de R$ 67,1 Milhões.

Projetos/Processos	Objetivo
Projeto de Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (R/C)	Fomentar ações conjuntas para o fortalecimento das políticas setoriais visando uma maior integração entre os municípios e aos respectivos Sistemas Estaduais e Nacional, e, promovendo a participação social da sociedade civil fortalecendo o controle social.
Projeto de Apoio ao Programa Estrada Real (R/C)	Recuperar trechos impactados da Estrada Real e revitalizar o Programa na área impactada.
Projeto de Valorização e Preservação Cultural (C)	Proporcionar a valorização e preservação cultural da Bacia do Rio Doce.
Incentivo à Leitura (C)	Incentivar o de acesso à leitura a partir da construção e modernização de espaços destinados a esse fim e ações de incentivo à leitura.
Projeto Especial de Apoio ao Desenvolvimento socioeconômico através do turismo na Foz do Rio Doce e em Mariana (R/C)	Apoiar o fortalecimento e desenvolvimento do empreendedorismo nestas localidades, tendo como foco as atividades ligadas ao Comércio (Artesanato), Serviços (Turismo), Agronegócios e Cultura.

Tabela 1: Relação de projetos e processos do programa

PROJETO/PROCESSO	custos	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	51M						
Apoio ao Programa Estrada Real	0,2M						
Valorização e Preservação Cultural	6M						
Incentivo à Leitura	2M						
Projeto Especial de Apoio ao desenvolvimento socioeconômico através do turismo na Foz do rio Doce	4,5M						
Ações emergenciais	6,4M						

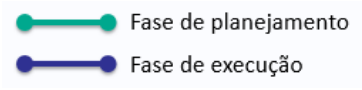


Tabela 2: Cronograma e custo estimado do programa

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar que os objetivos foram alcançados, foram definidos os indicadores listados na tabela abaixo.

INDICADOR	UNIDADE	MEDIÇÃO	META
I1 – Porcentagem de Diagnósticos Entregues nos municípios	%	Anual	100%
I2 – Porcentagem de Planos Participativos entregues	%	Anual	80%
I3 – Porcentagem de equipamentos construídos	%	Anual	80%
I4 – Porcentagem de bibliotecas atendidas pelo projeto	%	Anual	80%
I5 – Porcentagem de Municípios com inventário de bens materiais e imateriais	%	Anual	80%
I6 – Porcentagem de realização das ações previstas pelo calendário estruturado	%	Anual	80%

Tabela 3: Indicadores do programa

O Programa será encerrado quando seus projetos tiverem sido realizados em sua integralidade, com a devida comprovação de auditoria independente, num prazo de cinco anos após aprovação da Fundação, de acordo com a cláusula 105 do TTAC.

2. Objetivo

Este documento tem como finalidade formalizar as entregas da fase de definição do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), de forma a explicitar seus objetivos, escopo e resultados esperados. Além disto, são descritos os indicadores de resultado e os critérios para encerramento do programa.

3. Metodologia utilizada

A figura abaixo demonstra a abordagem metodológica utilizada no desenvolvimento dos programas que estão sob responsabilidade da Fundação Renova.

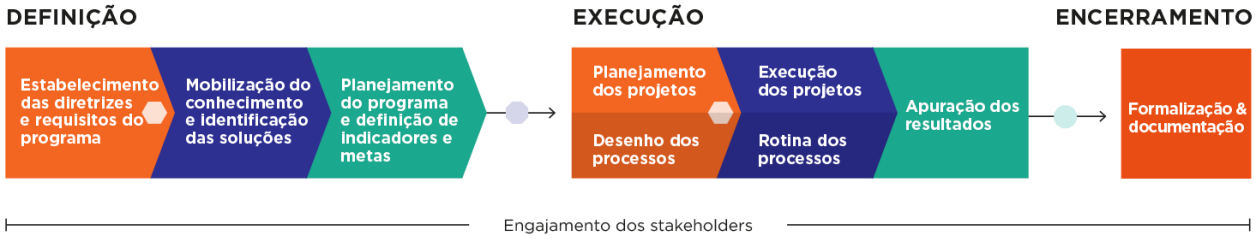


Figura 1- Ciclo de vida do programa

A etapa de definição do programa é fundamental para garantir que todas as questões relevantes necessárias para a definição do escopo e dos resultados esperados estejam claramente explicitadas entre a Fundação e as partes interessadas, representadas para este fim pelo CIF e Câmaras Técnicas. A formalização e registro destas definições servirão como base para que os programas sejam dados por encerrados após o término de sua execução.

4. Declaração do programa

4.1 Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições

Objetivos:

O objetivo geral desse programa é a partir de um diagnóstico de impacto do rompimento na área de abrangência socioeconômica, fomentar ações conjuntas para o fortalecimento das políticas públicas de gestão da Cultura, Turismo, Lazer e Esporte através de um apoio técnico e material das estruturas necessárias para um melhor desenvolvimento dessas atividades nas regiões impactadas, de acordo com o grau de severidade sofrido por cada localidade.

Conforme determinações das cláusulas 101-105.

Objetivos específicos:

- Realizar um diagnóstico do impacto do rompimento da barragem de Fundão sobre Turismo, Cultura, Esporte e Lazer nos municípios das áreas de abrangência socioeconômica dos estados de MG e ES;
- Fortalecer as instituições locais relacionadas à cultura, turismo, lazer e esporte, buscando a efetividade, a racionalidade e a continuidade das políticas públicas setoriais destas áreas integrando os municípios aos respectivos Sistemas Estaduais e Nacional, e, promovendo a participação social da sociedade civil fortalecendo o controle social.
  Produtos:
- Incrementar o Programa Estrada Real recuperando os trechos impactados da Estrada Real e revitalizando o Programa na área impactada.
- Incentivar a leitura por meio de atividades e espaços específicos, incentivando o de acesso a partir da construção e modernização de espaços destinados a esse fim e ações de incentivo à leitura. (Cláusulas 103c, 103e, 103f, 104d)

- Proporcionar a valorização e preservação cultural da Bacia do Rio Doce., fortalecendo a identidade de grupos e coletivos culturais e proporcionar maior acesso à equipamentos e ações culturais. (Cláusulas 103a,103d, 103f e 104d)
- Apoio ao resgate e ao desenvolvimento socioeconômico voltado para o turismo, a cultura, o esporte e o lazer das regiões de Mariana e da Foz do rio Doce. (Cláusulas 103f e 104d)

Diretrizes:

- Trabalhar com uma visão ampla de cultura e turismo;
- Transversalidade e sustentabilidade nas ações dos programas da Fundação Renova;
- Valorização da identidade e da cultura local.

Requisitos:

- O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Cultura, e Turismo vigentes.

O **Sistema Nacional de Cultura** é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, em regime de colaboração de forma democrática e participativa entre os três entes federados e a sociedade civil, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

O modelo de gestão descentralizada do **Turismo**, implantado no país, proporciona que cada Unidade Federada, região e município busque suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e especificidades.

Premissas:

- Participação do poder público e dos atores estratégicos dos municípios impactados na Bacia do Rio Doce nas ações pactuadas com o poder público e a Fundação;
- Destinação de verba compensatória para ações do programa.

4.2 Ajuste de Escopo

Direcionamento de cláusulas:

Cláusula	Direcionamento	Justificativa
103 B: Criação de Memorial em Bento Rodrigues, em entendimento com a comunidade	Programa Memória histórica, cultural e artística	Entende-se que essa cláusula está em sintonia com o Programa de Memória histórica, cultural e artística, e não diretamente com o de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.
103 H: Implementação de ações de desenvolvimento da Pesca Esportiva/Amadora para a bacia hidrográfica.	Retomada das atividades aquícolas e pesqueiras	Essas duas cláusula estão diretamente relacionadas e são diretamente dependentes da retomada das atividades aquícolas e pesqueiras.
104 F: implementação de ações de recuperação da Pesca Esportiva/Amadora para a bacia hidrográfica;		
104 G: requalificação profissional de agentes locais da Pesca Esportiva impactados, entre os quais guias de pesca, condutores de embarcações, estruturas de hospedagem e produtores de iscas, na hipótese de impossibilidade de retomada da atividade original.	Economia regional	Essa cláusula está diretamente relacionada ás atividades de requalificação profissional oferecidas pelo programa de economia regional.

Entendimento de cláusulas:

Cláusula	Entendimento	Justificativa
104 A: Fortalecimento de instituições locais afins à atividade de turismo	• Serão fortalecidas as políticas públicas de turismo, cultura esporte e lazer.	• Problema de base dos municípios atingidos é a estrutura política; • É necessário um alinhamento sólido das políticas municipais, estaduais e federais.
104 B: Elaboração de plano participativo de turismo	• Serão oferecidos Planos de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de acordo com a necessidade de cada.	• Empoderamento da comunidade local; • Município estruturado do ponto de vista de cultura, esporte e lazer agrega valor à uma possível atividade turística; • Nem todo município tem potencial turístico que justifique um Plano, mas todos devem desenvolver atividades de esporte, cultura e lazer para seus habitantes; • Dos 39 municípios apenas 11 possuem Plano de Turismo, 5 possuem Plano de Esporte e Lazer e 7 possuem Plano de Cultura.
103 A: Implantação de equipamentos de esporte e lazer	• Implantação de equipamentos de esporte, lazer e/ou turismo.	• Abrangência de pequenas obras para desenvolvimento do turismo; • Existe uma forte demanda de obras para esse segmento (Ex.: sinalização turística).

4.3 Ações realizadas e em andamento

Ações realizadas

- Diagnóstico de Avaliação de Impactos – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, e Inventário – protocolado no CIF em 02/03/2017;
- Entrega dos 39 diagnósticos e inventários para validação pelas municipalidades (21/08);
- Validação dos diagnósticos nos municípios considerados criticamente impactados[1];
- Encontro realizado com a Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais - Alinhamento com gestores dos circuitos e secretários de Turismo dos municípios da área de abrangência sobre o programa e as políticas estaduais (14/09/2017);

[1] Barra Longa, Periquito, Galiléia, Rio Doce, Governador Valadares, Santa Cruz do Escalvado, Mariana, Tumiritinga, Resplendor, Linhares (Povoação e Regência)

- Apresentação do Diagnóstico para as lideranças das comunidades de Regência e Povoação;
- Reuniões com Grupo Técnico composto por membros convidados pela Câmara Técnica de Educação e Cultura para discussão sobre as bases do Programa, composto por representantes dos governos de Minas gerais e do Espirito Santo;
- Reunião com FINDES, FIEMG, MINAS TÊNIS CLUBE, ECOFUTURO, INSTITUTO ESTRADA REAL e UNESCO para vislumbrar o desenvolvimento de ações em parceria com a Fundação em Minas Gerais e no Espírito Santo.
- Apoio a eventos típicos e tradicionais das comunidades como o Ironbiker (2016, 2017), 9º Encontro Internacional de Palhaços de Mariana, Projeto Verão em Linhares (Regência e Povoação), Festival de Congo e de Folia de Reis em Povoação, Caboclo Bernardo em Regência, Festa do Robalo em Povoação.

Ações em andamento

- Realização dos projetos emergenciais nas comunidades de Regência e Povoação, em Linhares/ES, definidos em comum acordo com a comunidade local: Rua Histórica de Povoação, Circuito de Surfe, Playground em Povoação, Projeto Paisagístico em Regência, Portal Turístico Regência, Divulgação da Foz do Rio Doce, Passarelas Ecológicas.
- Reforma do Estádio de Colatina.

4.4 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções

Conforme estabelecido na Carta Magna Brasileira, Cultura se trata de todas as ações por meio das quais os povos expressam suas "formas de criar, fazer e viver" (Constituição Federal de 1988, art.216). A cultura – ensina Bauman – é um inimigo natural da alienação, um audacioso movimento humano para se libertar da necessidade

e conquistar a liberdade de criação (BAUMAN, Z. 2002)[2]. A cultura deve ser pensada e entendida como força ativa na caracterização da paisagem, deve ser considerada a capacidade que ela tem de transformar, preservar ou destruir.

São as paisagens que ao mesmo tempo são e abrigam o patrimônio, que despertam (ou não) o turismo, é nesse cenário que o esporte e o lazer se desenvolvem que todos os esforços devem ser direcionados. Dinâmica por natureza, é o pano de fundo de todas as relações sociais que por sua vez são influenciadas e ditadas pela cultura, individual e/ou coletiva.

O conceito de cultura é mais vasto, constitui o campo de socialização dos indivíduos desde o seu nascimento, incorpora a generalidade das ações e produtos humanos e é o eixo nuclear de estruturação das paisagens; o turismo é a oportunidade de intercâmbio cultural; o lazer é um espaço de expressão cultural que tende a permanecer não normalizado, e permite ao indivíduo a reconexão com a sua própria autonomia. A cidadania é cultural, estrutura-se na educação e esporte, mas assume-se plenamente no lazer, que é também o momento de inserção voluntária do cidadão no contexto sociocultural; e o esporte é uma manifestação integrada de expressão cultural que exercita a motricidade e socializa os comportamentos, sendo igualmente uma formalização e normalização institucional de mecanismos desse exercício.

Com objetivo de revitalizar a bacia do rio doce, deve-se considerar a cultura de forma global, e agir no território/paisagem com três forças basilares: **Educação**, **Preservação** e **Fortalecimento**.

A educação é uma formalização e normalização institucional de mecanismos de transmissão de saberes e de formação para a autonomia, que se estrutura num determinado quadro cultural. A preservação é a ação de se conservar o que já existe,

[2] BAUMAN, Z. 2002. La cultura como praxis. Buenos Aires, Paidós.

e procurar levar o que está se conservando o mais próximo da realidade, e impedir que se destrua. O fortalecimento é a consolidação da entidade como instituição

A partir desses três eixos, as ações estão divididas entre **reparatórias** e **compensatórias**, de forma a atender da melhor maneira possível as determinações do TTAC.

É importante ressaltar que não existe uma hierarquia e um fluxo rígido a ser seguido. No que tange a cultura, a estrutura do programa e das ações deve ser a mais orgânica possível, na tentativa de englobá-la de forma conjunta.

Todas as ações propostas por esse programa transitam entre ações de educação, preservação e fortalecimento, os dois últimos podendo ser em termos físicos ou sociais.

O fortalecimento se dá através da educação e da preservação, a preservação se dá através da educação e do fortalecimento, e a educação se beneficia da preservação e do fortalecimento tendo-os ao mesmo tempo como meta e caminho.

De acordo com as premissas estabelecidas, o programa foi elaborado de forma participativa a partir de uma análise conjunta dos diagnósticos. Esse material produzido foi basilar para estruturação das bases do programa, assim como o próprio TTAC.

As fases metodológicas previstas para a realização desse programa são:

Figura 2: Etapas metodológicas

4.4.1. Diagnósticos

O Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, é um dos 41 definidos pelo TTAC e, dentre as suas atividades, estava prevista a realização de um diagnóstico para as áreas de cultura, turismo, lazer e esporte em uma área de abrangência que engloba 39 cidades (TTAC cláusula 101), entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que foram regionalizadas.

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados para a realização dos diagnósticos observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos aos 39 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação[3].

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os municípios que integram a bacia do

[3] O Detalhamento da metodologia dos diagnósticos está no documento anexo 2.

rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

Os principais objetivos desse diagnóstico foram:

- Identificar e qualificar impactos sobre o Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, em função do rompimento da Barragem de Fundão;
- Identificar potencialidades para o setor turístico nos municípios das áreas de abrangência;
- Avaliar pertinência das medidas Reparatórias e Compensatórias (Cláusulas 103 e 104 do Acordo) à luz do diagnóstico.

Uma importante informação gerada a partir desses diagnósticos foi o grau de severidade dos impactos por município.

Foi elaborada uma Matriz de Avaliação de Impacto considerando uma metodologia específica, proposta pela empresa Expressão Socioambiental, responsável pelos diagnósticos dos municípios do estado de Minas Gerais, mas foi utilizada também pela empresa Futura nos diagnósticos realizados no estado do Espírito Santo.

De acordo com essa Matriz, temos a classificação de todos os municípios, conforme abaixo. Essa classificação embasa os critérios de seleção e de prioridade de atividades e regiões do programa.

POUCO SIGNIFICATIVO	SIGNIFICATIVO	MUITO SIGNIFICATIVO	CRÍTICO
Aimorés	Colatina	Alpercata	Barra Longa
Baixo Guandu	Córrego Novo	Belo Oriente	Mariana
Bom Jesus do Galho	Dionísio	Caratinga	Galiléia
Iapu	Pingo D'Água	Conselheiro Pena	Governador Valadares
Ipatinga	Resplendor	Fernandes Tourinho	Periquito
Itueta	Timóteo	Naque	Regência

Marilândia		Rio Casca	Rio Doce
Marliéria		São José do Goiabal	Santa Cruz do Escalvado
Raul Soares		Sem-Peixe	Tumiritinga
São Domingos do Prata		Bugre	
São Pedro dos Ferros		Ipaba	
Sobrália		Povoação	
		Santana do Paraíso	

Tabela 1: Matriz de Avaliação de Impactos

4.4.1 Histórico de engajamento dos stakeholders

Os principais stakeholders envolvidos na construção da solução e posteriormente chaves para a execução do programa foram:

A **comunidade das localidades da área da abrangência**, que foi alvo de interlocuções durante o diagnóstico, e que será peça chave na execução do programa, visto que um dos principais projetos propostos, detalhado algumas linhas abaixo, consiste na elaboração de planos participativos, onde através de metodologia própria para cada realidade, a interação com esse público será buscada com determinação.

As **secretarias municipais**, que foram abordadas também na fase de diagnostico, e permanecem um ponto firme na elaboração do programa e serão parceiros na execução do mesmo. Os diagnósticos foram entregues para os 39 municípios, e em 10 localidades (Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Periquito, Galiléia, Tumiritinga, Governador Valadares, Resplendor e Linhares – Povoação e Regência), definidas por esse instrumento como mais criticamente atingidas pelo Evento, foram realizadas reuniões presenciais com a equipe técnica da fundação e desses órgãos, buscando a validação do material. Durante essas reuniões, a Fundação ouviu os representantes públicos que sugeriram algumas correções, nenhuma estrutural, dos resultados apresentados e validaram o documento.

As **secretarias estaduais** se mostraram importantes stakeholders no processo de coesão territorial, proporcionando momentos de troca e de interação entre os respectivos municípios.

Os **ministérios** serviram como base política para realização dos diálogos institucionais e elaboração do programa, que segundo o próprio TTAC deve ser direcionado pelas políticas nacionais.

Por fim, as instituições do setor produtivo, que buscam em parceria construir soluções para as obrigações da Fundação, de maneira a viabilizar conhecimento e equipamentos já existentes.

Na tabela abaixo estão descritas de forma resumida as ações de engajamento que foram executadas para construção da solução para este programa.

STAKEHOLDERS	HISTÓRICO DE ENGAJAMENTO
• Comunidade das localidades da área de abrangência	• Os diagnósticos foram realizados de forma participativa, com consulta tanto à lideranças comunitárias quanto à comunidade de forma geral.
• Secretarias Municipais de Turismo e Cultura ou órgãos responsáveis por essas áreas	• Envio dos Diagnósticos para análise dos municípios • Validação dos Diagnósticos
• Secretarias estaduais de Cultura e Turismo de Minas Gerais e Espirito Santo;	• Apresentação do Programa • Proposição de parceria • Legitimação das ações propostas de acordo com as políticas públicas estaduais
• Ministério da Cultura e Ministério do Turismo	• Legitimação das linhas de atuação da Fundação Renova de acordo com a Políticas Nacionais • Proposição de parceria • Criação de um canal facilitador para acesso aos Programas Mais Cultura e Rede Cultura Viva.
• Instituições do Setor Produtivo (FINDES e FIEMG)	• Proposição de parceria

Tabela 4: Histórico de engajamento dos stakeholders.

4.4.2 Solução Construída

Para a identificação da solução para essa região optou-se por tratá-la, como um território. O termo território é utilizado para designar um espaço apropriado pelo homem que abriga as relações sociais e produtivas entre os indivíduos e desses com o

próprio espaço. Para Gottmann, 2013, p. 523: Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos.

Pensar sobre um território induz à compreensão do entrelaçamento de indivíduos e de grupos em determinado espaço, bem como das relações alinhavadas entre os sujeitos sociais e as manifestações humanas e naturais que se apresentam em determinados locais a partir de relações sociais e de produção.

Para Rennó (2009, p. 95) a paisagem é

> [...] a imagem de um produto híbrido derivado do cruzamento de diferentes materialidades e sentimentos, em permanente tensão, na interface homem-natureza. Esse produto é composto com materialidades herdadas de processos físicos e históricos que caracterizam o território. Os sentimentos, às vezes também herdados, mais ou menos utópicos e/ou nostálgicos, representam e atribuem valor ao que é visto atualmente, ou não mais. Dinâmica do ponto de vista físico, a paisagem é também "transtemporal", pois nas suas representações, diversas épocas podem ser evocadas, visto que a memória é a ferramenta que permite idas e vindas no tempo.

Com isto, a paisagem encontrada no território analisado formou-se a partir da interação do homem com o ambiente natural em suas variadas relações de constituição do espaço. Conforme salienta Milton Santos (2004, p.63), a formação do espaço ocorre "por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas com o quadro único com o qual a história se dá". Nesta perspectiva, a organização do espaço ocorre a partir da dinâmica da vida social que provoca a existência das coisas.

Importa destacar que o conceito de cultura utilizado neste trabalho tem como base a concepção antropológica de Marshall Sahlins (1997), considerando a cultura como expressão simbólica da experiência e da ação humana na ordenação do mundo. A este

conceito liga-se o de identidade, visto que a noção de referência cultural assume que os diversos elementos da cultura são indissociáveis dos significados que lhes são atribuídos pelos grupos sociais que os vivenciam e os utilizam como representação de si. Portanto, as referências culturais estão intrinsecamente relacionadas aos modos de vida e carregam o conteúdo simbólico que estrutura a própria vida social por meio da memória e da identidade. Para Fonseca (2000, p. 113-114):

Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, às crenças, hábitos, etc. (...) O ato de apreender referências culturais pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas, como também a elaboração de relações entre elas e a construção de sistemas que falem daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo. Nessa perspectiva, os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de informantes como também de intérpretes de seu patrimônio cultural.

A dinâmica do rio Doce tem orientado o ritmo de vida das pessoas que ali residem, influindo diretamente na criação e na recriação do patrimônio e de suas paisagens. Esse é o tema que vai costurar todas as ações propostas pelo programa, as paisagens criadas por esse rio em seu território.

Esse curso d'água passa por um momento de profundas mudanças, que impactam não só o sustento local, mas no arcabouço cultural de toda a comunidade, carregando, desde a nascente até a foz, um patrimônio singular, expresso nas memórias, sentimentos, formas de expressão e, fundamentalmente, no trabalho de cada dia dos que estão às suas margens.

Pelas ações, a ideia é ressaltar que as águas do rio Doce desenham uma geografia, descrevem os territórios que cruzam, levantam usos, permeiam a vida, sensibilidades

e olhares – enfim, dão forma às paisagens e pessoas da região. E é em torno disso que se cristalizam práticas e sentimentos de filiação e de construção de uma identidade territorial, mesclando memórias e percepções, sentidos e afetos.

As paisagens atuam, assim, como um dispositivo de mediação, de diálogo, que leva os atores locais a se exprimirem e a refletirem sobre seus próprios quadros de vida. Com isso, a percepção de um espaço forma-se por um emaranhado de relações entre os elementos naturais e a vida que os anima, ou seja, a sociedade em movimento, a cultura. Isso porque a dinâmica do rio orienta o ritmo de vida das pessoas que ali residem, influindo diretamente na criação e na recriação do patrimônio cultural.

Dessa forma, direta ou indiretamente a partir de seus projetos e ações e de um direcionamento de temas a serem abordados, o programa vai buscar ressaltar as relações alinhavadas entre os sujeitos e as manifestações humanas e naturais banhadas pelo leito do rio.

Com isso em mente, o programa foi elaborado com base no cruzamento do resultado dos diagnósticos (propostas e realidade de cada localidade) com as cláusulas específicas do TTAC.

Cinco grandes projetos constroem o Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer:

- Projeto de Fortalecimento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer;
- Projeto de Recuperação e Revitalização da Estrada Real;
- Projeto de Valorização e Preservação Cultural;
- Projeto de Incentivo à Leitura;
- Projeto Especial Mariana e Foz do rio Doce: Desenvolvimento da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Entende-se que primeiramente é necessário estruturar as políticas públicas, os acessos a elas e a estrutura de governança necessária para sua execução. Posteriormente é importante realizar as obras de infraestruturas necessárias para o bom desenvolvimento dessas políticas, e por fim, são estruturadas as ações de utilização desses equipamentos em consonância com as políticas especificas.

O alcance de cada uma das etapas desse processo, deve ser pensado a partir das forças previamente descritas: educação, fortalecimento e preservação, que irão estruturar cada item proposto em seguida.

Para o entendimento da estrutura proposta, foi realizado um estudo aprofundado das cláusulas do TTAC na tentativa de fortalecer as bases do programa, e estruturá-lo o mais próximo possível das expectativas, necessidades e realidades dos municípios atingidos.

O termo estabelece um Programa de apoio ao turismo, cultura, esporte e lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105, cuja íntegra é apresentada no Anexo Único. É possível organizar os itens que serão propostos dentro do esquema acima, de acordo com sua natureza reparatória ou compensatória. Essa imagem deixa claro o quanto o Programa 13 é orgânico e o quanto suas ações vão conversar, sejam elas reparatórias ou compensatórias.

A primeira clausula reparatória, que explana sobre *o fortalecimento de instituições locais afins à atividade de turismo (104 A)* é estruturante, ela dá o tom das ações que o programa vai desenvolver. Essa cláusula entende que o problema de base dos municípios atingidos passa também pela sua estrutura política, e visa reparar esse conflito. Para tanto, entende-se que a educação é o viés capaz de empreender esse fortalecimento, através de capacitações direcionadas aos gestores públicos que lidam com o turismo. Objetivando oferecer um apoio mais amplo e efetivo, que englobe as

demais áreas que o programa abarca, nesse item serão contemplados também o fortalecimento das demais áreas temáticas em questão: cultura, lazer e esporte. Considerando que em grande parte dos municípios essas áreas são representadas por uma mesma secretaria ou diretoria, faz-se importante direcionar os esforços em todas elas.

Em seguida, o documento prevê a *elaboração de plano participativo de turismo* (103 B); *e apoio técnico para implementação do plano de turismo, incluindo publicidade* (103 C). Esses itens também estão sendo previstos entendendo a transversalidade dos temas, e será proposto aos municípios então um plano participativo de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, seguindo a lógica do modelo de gestão descentralizada do implantada no País, que proporciona que cada Unidade Federada, região e município busque suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e especificidades. Essa ação está diretamente ligada à anteriormente descrita (104 A), pois esse plano é de extrema importância para o fortalecimento das instituições. Diante disso, o que se espera é que cada região planeje e decida seu próprio futuro, de forma participativa e respeitando os princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional. Ou seja, esse item deve levar em consideração os resultados do item 104 D, que fala sobre uma *apresentação de proposta, elaborada em conjunto com as comunidades impactadas, para o enfrentamento das perdas do ambiente necessário para a realização de práticas de lazer, esporte e sociabilidade, a ser validado pelos ÓRGÃOS PÚBLICOS envolvidos.*

Essa clausula (104 D), é diretamente relacionada também à 103 A: *implantação de equipamentos de esporte e lazer;* assim como nos casos acima, onde aspectos das demais áreas do programa são consideradas, nessa cláusula entendemos que o turismo também pode ser contemplado. O que se fazer deve então ser decidido em comum acordo com os anseios da sociedade (104 D).

O item 104 E, é bastante especifico quando fala em realizar a *reparação dos trechos da Estrada Real impactados pelo EVENTO;* ação reparatória com objetivo claro e delimitado. Porém, ela dialoga diretamente com a clausula 103 G: *revitalização do Programa Estrada Real, na ÁREA DE ABRANGÊNCIA, com vistas à atração do turismo para as localidades afetadas.* Para atender essa resolução, devem ser previstos projetos estruturados conjuntamente com o Instituto Estrada Real/FIEMG, sobre o que eles entenderem que é mais importante no momento atual do ciclo do produto Estrada Real.

A clausula 103 C que prevê o *apoio técnico e material para ampliação dos Programas Mais Cultura nas Universidades e Mais Cultura na Escolas e a clausula 103 D: realização de campanha de auto declaração de grupos, coletivos e entidades culturais por meio da Plataforma Rede Cultura Viva;* serão empreendidas em todo o trecho atingido, de Minas Gerais ao Espirito Santo. Com relação à 103 C, deverá ocorrer então um levantamento da situação das universidades e escolas com relação a esse programa, e entender a necessidade e a possibilidade de se inserir ou ampliar. Em se tratando de projetos do Governo Federal, desenvolvido pelo Ministério da Cultura, é de fundamental importância para o sucesso desse tipo de ação, que exista um apoio por parte federal, e que as instituições que se beneficiarão estejam compromissadas.

O item 103 E de *modernização de bibliotecas públicas municipais* possui uma parte de infraestrutura que é mais objetiva, mas a mesma cláusula se completa com: *e fomentar ações de promoção da leitura*, se de um lado é possível prever um equilíbrio do equipamento e material oferecidos pelas bibliotecas, por outro o escopo se abre extremamente quando se fala de ações de promoção onde entendemos que se tratarão de oficinas, apresentações e ações de incentivo à leitura.

A clausula 103 F, *implantação de equipamentos culturais e desenvolvimento de ações de fomento e incentivo à cultura em consonância com a Política e o Sistema Nacional de Cultura;* dialoga tanto com a clausula 104 D (*apresentação de proposta, elaborada em conjunto com as comunidades impactadas, para o enfrentamento das perdas do*

ambiente necessário para a realização de práticas de lazer, esporte e sociabilidade, a ser validado pelos ÓRGÃOS PÚBLICOS envolvidos), no sentido de se decidir os equipamentos culturais também em conjunto com a sociedade, mas também levanta um importante ponto, que é referente à necessidade de haver um diálogo direto e claro que garanta uma ligação entre os equipamentos que serão construídos e as propostas de ações promovidas. As ações devem ser pensadas para em parte serem executadas dentro desses equipamentos, e para então incentivar o uso dos mesmos, demonstrando sua real importância e deixando um legado que realmente seja interpretado como importante, com um uso previsto e ambicionado. Essa é a clausula do TTAC que tem uma maior abertura, que possibilita um leque de atividades, e que deve, portanto, ser muito bem detalhada dentro dos escopos para que uma linha sólida seja desenvolvida.

Ou seja, pode-se imaginar uma malha muito bem amarrada entre as cláusulas reparatórias e as cláusulas compensatórias no que diz respeito ao programa 13. Obviamente as ações reparatórias são obrigatórias, mas, em alguns casos a amarração delas com algumas ações compensatórias torna as últimas também de extrema importância. A figura 8 tenta ilustrar as conexões das cláusulas.

4.5 Interface com outros Programas

Programa	Descrição da interface	Ações de Encaminhamento
Memória histórica, cultural e artística	Existem ações sobre o patrimônio imaterial que serão elaboradas de forma conjunta.	Elaboração conjunta das ações como por exemplo o levantamento do patrimônio imaterial do rio Doce.
Economia regional	O turismo enquanto atividade econômica é tratado no programa de economia regional.	Apresentações conjuntas das ações de cada programa para alinhamento com os órgãos estaduais e os gestores dos circuitos e secretários municipais; Alinhamento das ações em com FINDES e FIEMG para execução de ações conjuntas; Elaboração e implantação conjunta de atividades direcionadas para Mariana e Foz objetivando o resgate e o desenvolvimento socioeconômico da região.
Relações Institucionais	Auxilio no território	Agendamento de reunião, engajamento de stakeholders locais.
Educação Ambiental	Ações e atividades Culturais voltadas pra temática de educação ambiental	Elaboração conjunta das ações.
Estímulo à contratação local	Contratação de mão de obra local para realização de equipamentos e ações do programa.	Todas as infraestruturas assim como as atividades que o programa vai oferecer devem estimular a contratação local.
Dialogo Social	Auxílio no diálogo com as comunidades locais como expresso no TTAC	Participação em reuniões chaves do programa.

Tabela 4: Interfaces com outros programas

4.6 Projetos e processos do programa

Os projetos definidos para alcançar os objetivos do programa estão listados na tabela abaixo os projetos:

ID	TÍTULO
PF240	Projeto de Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (Reparatório/Compensatório)
PF241	Projeto de Apoio ao Programa Estrada Real (Reparatório/Compensatório)
PF243	Projeto de Valorização e Preservação Cultural (Compensatório)
PF244	Projeto de Incentivo à Leitura (Compensatório)
PF0250	Projeto especial de apoio ao desenvolvimento socioeconômico através do turismo na Foz do Rio Doce e em Mariana (Reparatório/Compensatório)

Tabela 5: Relação de projetos e processos do programa.

PF240

Projeto de Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Objetivo

Reparar os impactos do rompimento nas atividades turismo, cultura, esporte e lazer por meio de ações complementares ao de fortalecimento das políticas setoriais destas áreas.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Premissa: Participação da municipalidade e dos atores estratégicos da Bacia do Rio Doce nas ações desenvolvidas pelo programa.
- Requisito: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Cultura, e Turismo vigentes.

Escopo do Projeto

- Capacitação de agentes públicos, conselheiros municipais e líderes comunitários;
- Elaboração e assistência técnica para a implementação dos Planos Participativos de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;
- Elaboração em conjunto com comunidade de projetos estruturais e estruturantes;

- Implantação de equipamentos públicos de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; (Compensatório)
- Apoio e desenvolvimento de projetos socioculturais estruturantes atrelados ao uso dos equipamentos públicos construídos e outros equipamentos dos municípios. (Compensatório)

Quadro 1: Detalhamento do Projeto PF240 – Projeto de Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

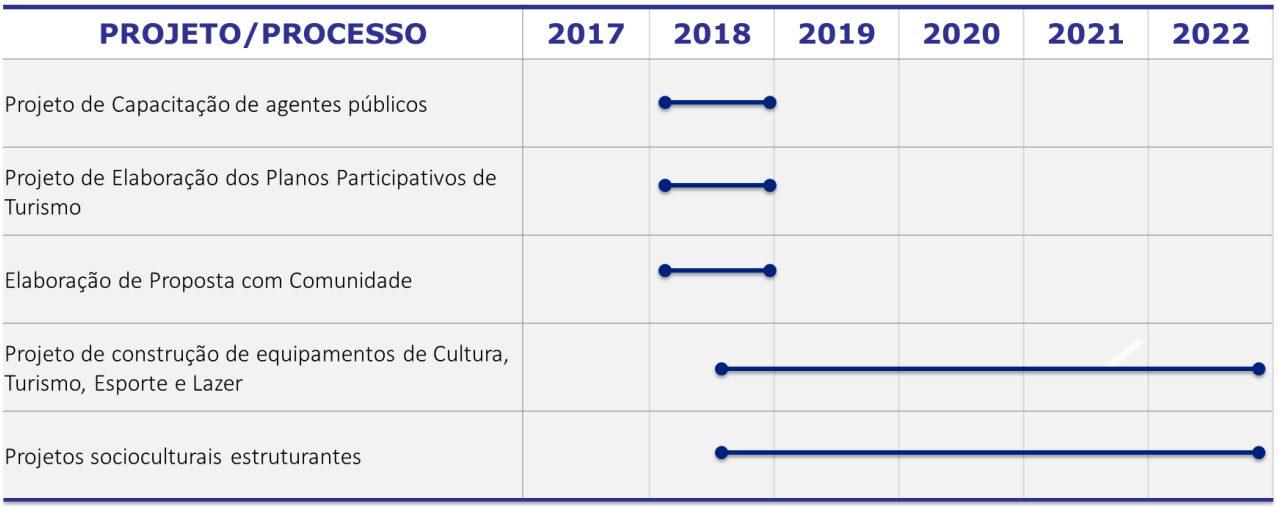


Figura 3: Cronograma Projeto PF 240

PF241
Projeto de Apoio ao Programa Estrada Real

Objetivo

Recuperar trechos impactados da Estrada Real e revitalizar o Programa na área impactada.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Premissa: Participação da FIEMG e do Instituto Estrada Real nas ações desenvolvidas pelo programa.
- Requisito: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Cultura, e Turismo vigentes.

Escopo do Projeto

- Reparação dos trechos da Estrada Real impactados pelo rompimento da barragem de Fundão;
- Construção conjunta com o Instituto Estrada Real/FIEMG de projetos que possam ser desenvolvidos em cooperação técnica/financeira com a FUNDAÇÃO para a revitalização turística da Estrada Real no trecho afetado, a citar, o município de Mariana.

Quadro 2: Projeto PF241 – Projeto de Apoio ao Programa Estrada Real

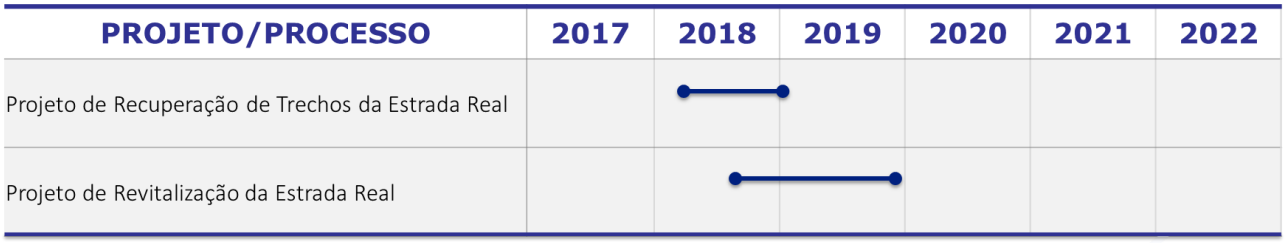


Figura 4: Cronograma Projeto PF 241

PF243
Projeto de Valorização e Preservação Cultural

Objetivo

Proporcionar a valorização e preservação cultural da Bacia do Rio Doce.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisito: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Cultura, e Turismo vigentes.

Escopo do Projeto

- Inventário de bens materiais e imateriais dos 39 municípios impactados e comunidades estuarinas e costeiras do Espírito Santo;
- Apoio a projetos alinhados com as cláusulas do TTAC, mas que não são de iniciativa da Fundação.

Quadro 3: Projeto PF 243 – Projeto de Valorização e Preservação Cultural

Projeto	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Inventário de bens materiais e imateriais						
Apoio a projetos						

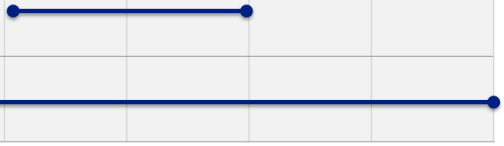


Figura 5: Cronograma Projeto PF 243

PF244

Projeto de Incentivo à Leitura

Objetivo

Incentivar o de acesso à leitura a partir da adequação física e modernização de espaços destinados a esse fim e ações de incentivo à leitura.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisito: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Cultura, e Turismo vigentes.

Escopo do Projeto

- Diagnóstico da situação das bibliotecas municipais da área de abrangência para definição do recorte espacial de intervenção;
- Modernização de bibliotecas municipais através de adequação de estruturação física quando necessária e da distribuição de um kit básico de equipamentos e livros;
- Capacitação de auxiliares de biblioteca sobre técnicas de incentivo à leitura e sobre as ferramentas disponíveis;
- Incentivo a formação do comitê regional do Pró-Ler;
- Apoio a projetos alinhados com as cláusulas
- do TTAC, mas que não são de iniciativa única da Fundação.

Quadro 4: PF 244 - Projeto de Incentivo à Leitura

Projeto	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Diagnóstico da situação das bibliotecas municipais da área de abrangência para definição do recorte espacial de intervenção						
Modernização de bibliotecas públicas através da estruturação física quando necessária e da distribuição de um kit básico de equipamentos e livros						
Capacitação de auxiliares de biblioteca sobre técnicas de incentivo à leitura e sobre as ferramentas disponíveis						
Apoio a projetos alinhados com as cláusulas do TTAC, mas que não são de iniciativa individual da Fundação, através de editais de projetos						

Figura 6: Cronograma do Projeto PF 244

PF0250
Projeto Especial de Apoio ao Desenvolvimento socioeconômico através do turismo na Foz do Rio Doce e em Mariana (Reparatório/Compensatório)

Objetivos

Apoiar o fortalecimento e desenvolver o empreendedorismo nestas localidades, tendo como foco as atividades ligadas ao Comércio (Artesanato), Serviços (Turismo), Agronegócios e Cultura, por meio da realização de ações que promovam a geração de renda, a retomada do crescimento (em especial da atividade turística) e a superação de desafios tanto de ordem de infraestrutura quanto iniciativas diretamente ligadas ao fortalecimento da governança e a cooperação.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisito: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Cultura, e Turismo vigentes.

Escopo do Projeto

- Elaborar a partir do calendário local, em conjunto com as respectivas municipalidades, e com participação social, um calendário anual de festividades e atividades culturais que apresentem características reais ou grande potencial de movimentação econômica na região;

- Capacitar lideranças comunitárias e membros da comunidade interessados em temáticas ligadas ao desenvolvimento socioeconômico através de atividades culturais, de lazer, turismo e esporte;
- Elaboração e implementação do plano promocional do turismo;
- Capacitação dos prestadores de serviços ligados ao turismo;
- Estruturação do turismo pedagógico científico;
- Elaboração de Projeto para a criação do Centro de Atendimento ao Turista;
- Empreendedorismo e gestão (capacitações e assistência técnica)
- Celebrar convênio (s) com associações locais para a produção e realização dessas atividades.

Tabela 5: PF 0250 - Projeto de Resgate e Desenvolvimento

Projeto	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Elaboração conjunta com as municipalidades e com participação social um calendário de eventos e projetos;						
Capacitação de comunidade						
Celebração do Convênio e execução						

Figura 7: Cronograma do Projeto PF 0250

5. Planejamento consolidado do programa

5.1 Custo do programa (R$ milhão)

O custo total do programa está estimado em R$ 31,7 milhões, sendo de natureza compensatória e reparatória, e sendo que desse valor R$ 0,5 milhões são referentes à ações emergenciais realizadas antes da definição final do programa. Abaixo a distribuição deste valor nos projetos e processos ao longo do período de implementação do programa.

Descrição	R/C	Executado até 2016	2017	2018	2019	2020-2022	TOTAL
Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	R/C			13M	7M	7M	**28M**
Apoio ao Programa Estrada Real	R/C			0,2M			**0,2M**
Valorização e Preservação Cultural	C			0,5M	0,6		**0,6M**
Incentivo à Leitura	C			0,5M		1M	**1M**
Projeto Especial	C			1,4M			**1,4M**
Ações emergenciais	C	0,5M					**0,5M**
Total reparatório				**8M**			**8M**
Total compensatório				**7,6**	**7,6**	**8**	**23,2**
Total geral							**31,7M**

Tabela 6: Custo estimado do programa

Principais premissas e parâmetros utilizados

- O presente orçamento foi previsto em momento de maturidade não avançada do programa. Considerando isso, é importante ressaltar que mesmo os valores referentes a 2018 já tendo sido aprovados e da necessidade então de mantê-los, com relação aos demais anos, essa verba provavelmente será ajustada a partir de justificativas técnicas a serem apresentadas em momento oportuno acordadas entre Fundação, Câmara Técnica e CIF.
- Não estão somadas nesse valor o custo das atividades classificadas como emergenciais realizadas em 2016 e 2017 quando o programa ainda não se encontrava estruturado. Esse detalhamento encontra-se no documento anexo.
- É extremamente importante ressaltar que este é um programa estruturante, com objetivos e metas bem definidos como apresentado. Cada projeto que o compõe foi pensado para dar conta de necessidades locais e obrigações da instituição. Portanto, o que está aqui apresentado não consiste em um cardápio, mas sim no que é necessário para atingir os objetivos e alcançar os indicadores propostos;

- O orçamento previsto para cada projeto não poderá ser a princípio ser realocado. Por exemplo, caso um município não precise ou opte por não realizar os planos participativos, a verba para esse fim destinada não vai ser utilizada para outros, a verba por exemplo de construção de equipamentos não aumenta caso os planos não aconteçam por iniciativa da Fundação;
- Todos os municípios impactados devem ser favorecidos por todas as ações, diferenciando-se o montante dos recursos, pelo grau do impacto e pelo número de habitantes;
- Os vinte e oito municípios com maior impacto receberão 80% do valor total destinado ao Programa e que os demais 12 municípios recebam 20% dos recursos;
- **Elaboração dos Planos:** O valor por município foi definido a partir de uma média de Planos Participativos Municipais. Nem todos os municípios vão receber todos os planos, cada um será contemplado com o que for necessário para sua localidade;
- **Construção de equipamentos:** Os equipamentos serão definidos como especificado no TTAC a partir de uma elaboração conjunta com a comunidade, ou seja, ainda não estão definidos. Ovalor foi definido a partir de uma referência de obras desse porte;
- **Incentivo à Leitura:** O valor de R$ 50.000 por município foi pensando levando em consideração a construção de um kit padrão para as bibliotecas e alguma pequena reforma que seja de suma importância para os espaços em questão;
- **Estrada Real:** Esse valor foi referenciado para apoio de projetos nas localidades que a Estrada Real, como divulgação, publicidade, etc;
- **Valorização e Preservação Cultural:** O valor foi pensado considerando pesquisa, gravações e montagem de documentário e publicação sobre o patrimônio imaterial do Rio Doce (manifestações culturais, modos de vida etc);

5.2 Cronograma do programa

Atividade	Início	Fim
EXECUÇÃO DO PROGRAMA	**07/17**	**12/22**
Etapa 1 - Planejamento da Execução	**08/17**	**12/18**
Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	08/17	02/18
Apoio ao Programa Estrada Real	08/17	02/18
Valorização e Preservação Cultural	01/19	03/10
Incentivo à Leitura	01/20	08/20
Projeto Especial Mariana/Foz	12/17	03/18
Etapa 2 – Execução dos projetos ou processos	**03/18**	**12/22**
Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	03/18	12/22
Apoio ao Programa Estrada Real	01/18	12/19
Valorização e Preservação Cultural	03/19	12/22
Incentivo à Leitura	03/20	12/22
Projeto Especial Mariana/Foz	**03/18**	**03/21**
Encerramento do Programa	**-**	**12/22**

Tabela 7: Cronograma macro do programa.

5.3 Papéis e Responsabilidades

Projeto / Processo	Descrição do Escopo	Área ou Órgão Responsável Definição	Área ou Órgão Responsável Execução	Área ou Órgão Responsável Validação
Fortalecimento das Políticas de Cultura,	Capacitação de agentes públicos, conselheiros municipais e líderes comunitários;	PTCEL[4] Fundação	Empresa Contratada	PTCEL Fundação +

[4] Programa Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

Projeto / Processo	Descrição do Escopo	Área ou Órgão Responsável Definição	Área ou Órgão Responsável Execução	Área ou Órgão Responsável Validação
Turismo, Esporte e Lazer				Prefeituras
	Elaboração e Implementação dos Planos Participativos de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;	PTCEL Fundação + Prefeituras	Empresa Contratada + Prefeituras	PTCEL Fundação + Prefeituras
	Elaboração em conjunto com comunidade de projetos estruturais e estruturantes;	Empresa Contratada + Prefeituras + Comunidades	Empresa Contratada	PTCEL Fundação + Prefeituras + Comunidades
	Equipamentos de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; (Compensatório)	PTCEL + Engenharia Fundação + Prefeituras	Engenharia + Infraestrutura Fundação	PTCEL + Engenharia + Infraestrutura Fundação + Prefeituras
	Implantação de projetos sociais estruturantes atrelados ao uso dos equipamentos construídos ou outros equipamentos (Compensatório)	PTCEL Fundação	Empresa Contratada + PTCEL Fundação	PTCEL Fundação
	Reparação dos trechos da Estrada Real impactados	Infraestrutura Fundação	Infraestrutura Fundação	PTCEL + Infraestrutura

Projeto / Processo	Descrição do Escopo	Área ou Órgão Responsável Definição	Área ou Órgão Responsável Execução	Área ou Órgão Responsável Validação
Apoio ao Programa Estrada Real				Fundação
	Construção conjunta com o Instituto Estrada Real/FIEMG de projetos	PTCEL Fundação + Instituto Estrada Real + Prefeitura de Mariana	Instituto Estrada Real	PTCEL Fundação + Instituto Estrada Real + Prefeitura de Mariana
Valorização e Preservação Cultural	Registro das manifestações culturais ao longo do rio Doce com objetivo de salvaguardar esse patrimônio	PTCEL Fundação	Empresa Contratada	PTCEL Fundação
	Promoção da Plataforma Rede Cultura Viva	PTCEL Fundação	Empresa Contratada	PTCEL Fundação
	Fortalecimento de agentes e manifestações culturais locais	PTCEL Fundação	Empresa Contratada	PTCEL Fundação
	Inventário do Patrimônio Cultural do rio Doce	PTCEL Programa Memória e Patrimônio + IEPHA/Órgão ES	Empresa e/ou Instituição contratada pelo Convênio com a FAPEMIG/FAPES	PTCEL Programa Memória e Patrimônio + IEPHA/Órgão ES

Projeto / Processo	Descrição do Escopo	Área ou Órgão Responsável Definição	Área ou Órgão Responsável Execução	Área ou Órgão Responsável Validação
Incentivo à Leitura	Levantamento das Bibliotecas a serem atendidas	PTCEL Fundação	Empresa Contratada	PTCEL Fundação
	Modernização de bibliotecas públicas	PTCEL Fundação	Empresa Contratada	PTCEL Fundação
	Capacitação de agentes bibliotecários	PTCEL Fundação	Empresa Contratada	PTCEL Fundação
	Apoio técnico e material para ampliação dos Programas Mais Cultura nas Universidades e Mais Cultura nas escolas	PTCEL Fundação	Empresa Contratada	PTCEL Fundação
	Apoio a projetos alinhados com as cláusulas do TTAC	PTCEL Fundação	Empresa Contratada	PTCEL Fundação

Tabela 8: Cronograma macro do programa.

6. Plano de resultados

6.1 Indicadores do Programa

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar que os objetivos foram alcançados devem ser definidos indicadores e metas. Os indicadores para este fim foram classificados da seguinte forma:

- Indicadores de eficácia: Avalia a capacidade do projeto ou processo de produzir o resultado desejado.

Na tabela seguinte estão os indicadores propostos para o programa.

CLASSE Eficácia	INDICADOR	RESULTADO ESPERADO E META
	I1 – Porcentagem de Diagnósticos Entregues nos municípios	Entregar todos os diagnósticos realizados até o 2017.
Projeto Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	I2 – Porcentagem de Planos Participativos entregues	Entregar pelo menos 80% dos Planos Participativos pactuados até o final de 2018.
	I3 – Porcentagem de equipamentos construídos	Construir pelo menos 80% dos equipamentos previstos até 2022.
Projeto Incentivo à Leitura	I4 – Porcentagem de bibliotecas atendidas pelo projeto	Atender pelo menos 80% das bibliotecas que aderirem ao programa até 2022.
Projeto Valorização do Patrimônio Imaterial	I5 – Porcentagem de Municípios com inventário de bens materiais e imateriais	Realizar o inventário de bens materiais e imateriais em pelo menos 80 dos municípios que aderirem ao programa até 2020.
Projeto de Resgate e Desenvolvimento	I6 – Porcentagem de realização das ações previstas pelo calendário estruturado	Realizar pelo menos 80% das ações previstas nos calendários elaborados até 2020.

*A meta definida não contabiliza os municípios que não aderirem ao programa.

Tabela 8: Indicadores do programa.

6.2 Critérios para encerramento do programa

O Programa será encerrado quando seus projetos tiverem sido realizados em sua integralidade, com a devida comprovação de auditoria independente, num prazo de cinco anos após aprovação da Fundação, de acordo com a cláusula 105 do TTAC.

Por encerramento dos projetos entende-se:

- O Projeto de Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer será finalizado quando os equipamentos de cultura, turismo, esporte ou lazer tiverem sido entregues aos municípios;
- O Projeto de Apoio ao Programa Estrada Real será encerrado no final de 2018, quando projetos em parceria com o Instituto Estrada Real forem concretizados;

- O Projeto de Valorização e Preservação Cultural se encerra quando o inventário de bens materiais e imateriais estiver concluído assim como os produtos previstos nesse escopo;
- O Projeto de Incentivo à Leitura será considerado encerrado quando todas as bibliotecas identificadas e com aceite do município para o programa para serem beneficiadas de obras de modernização forem atendidas;
- O Programa de Resgate e Desenvolvimento se encerra após três anos de execução dos calendários propostos para as localidades em parceria com o poder público e com as respectivas comunidades.

6.3 Fichas dos indicadores

As descrições detalhadas dos indicadores estão nas fichas a seguir.

I1 – Porcentagem de Diagnósticos Entregues nos municípios

Tipo	**Resultados esperados**		
Eficácia	Medir a porcentagem de diagnósticos entregues em seus respectivos municípios		
Unidade	**Polaridade**	**Período associado**	**Valor meta**
%	Maior melhor	12 meses	100%
Frequência de medição	**Data início medição**	**Data fim medição**	
Anual	08/17	12/17	

Fórmula de cálculo

$$I1 = \frac{DTCEL-E}{DTCES-R} X\ 100$$

Nome do numerador: DTCEL-E – Diagnóstico de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer Entregues	
Definição	Número de Diagnóstico de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer entregues para os municípios da área de abrangência.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Protocolo de entrega assinado pela municipalidade.
Nome do denominador: DTCEL-R – Diagnóstico de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer Realizados	
Definição	Número de Diagnóstico de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer realizados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Banco de Dados da Fundação

I2 – Porcentagem de Planos Participativos entregues

Tipo	**Resultados esperados**		
Eficácia	Medir a porcentagem de planos participativos entregues em relação ao número de planos participativos pactuados com os municípios.		
Unidade	**Polaridade**	**Período associado**	**Valor meta**
%	Maior melhor	12 meses	80%
Frequência de medição	**Data início medição**	**Data fim medição**	
Anual	03/19	06/19	

Fórmula de cálculo

$$I2 = \frac{PPR}{PPP} x\ 100$$

Nome do numerador: Planos Participativos Realizados - PPR	
Definição	Número de Planos Participativos entregues aos municípios.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Será evidenciado pelos Termos de entrega dos planos assinados pelos municípios. O plano será realizado uma única vez. Os termos de entrega e planos participativos por município estarão disponíveis no sharepoint.
Nome do denominador: Planos Participativos Pactuados - PPP	
Definição	Número de Planos Participativos pactuados pelos planos de ação com os municípios.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Plano de Ação do município, consultoria e Fundação. Serão assinados com os municípios planos de ações estabelecendo a quantidade de planos participativos a serem desenvolvidos (turismo, cultura, esporte e lazer). Os planos por município estarão disponíveis no sharepoint.

I3 – Porcentagem de equipamentos construídos

Tipo	**Resultados esperados**		
Eficácia	Porcentagem de equipamentos de cultura, esporte e lazer construídos, em relação aos previstos nos planos de ação pactuados nos municípios		
Unidade	**Polaridade**	**Período associado**	**Valor meta**
%	Maior melhor	12 meses	80%
Frequência de medição	**Data início medição**	**Data fim medição**	
Anual	03/19	12/22	

Fórmula de cálculo

$$I5 = \frac{Equipamentos\ Construídos}{Equipamentos\ Previstos} \text{ x } 100$$

Nome do numerador: Equipamentos Construídos	
Definição	Número de equipamentos construídos de turismo, cultura, esporte e lazer.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Termo de entrega assinado pelas prefeituras municipais, o qual estará disponível no sharepoint.
Nome do denominador: Equipamentos Previstos	
Definição	Número de equipamentos previstos nos planos de ação.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Plano de Ação entre Município, Consultoria e Fundação. O Plano de ação estará disponível no sharepoint, devidamente assinado entre as partes.

I4 – Porcentagem de bibliotecas atendidas pelo projeto

Tipo	**Resultados esperados**		
Eficácia	Porcentagem de bibliotecas modernizadas em relação ao número de bibliotecas identificadas e pactuadas com os municípios a partir do diagnóstico de incentivo à leitura.		
Unidade	**Polaridade**	**Período associado**	**Valor meta**
%	Maior melhor	12 meses	80%
Frequência de medição	**Data início medição**	**Data fim medição**	
Anual	01/19	12/22	

Fórmula de cálculo

$$I6 = \frac{BM}{BL} \text{ x } 100$$

Nome do numerador: Bibliotecas Modernizadas	
Definição	Número de bibliotecas modernizadas.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Termo de entrega assinado pela prefeitura municipal. Este estará disponível no sharepoint.
Nome do denominador: Bibliotecas Levantadas	
Definição	Número de bibliotecas identificadas no diagnóstico de incentivo à leitura e pactuada sua modernização com os municípios.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Será evidenciado no Diagnósticos de bibliotecas públicas. Este estará disponível no sharepoint.

I5 – Porcentagem de Municípios com inventário de bens materiais e imateriais

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Porcentagem de municípios com os inventarios realizados		
Unidade	**Polaridade**	**Período associado**	**Valor meta**
%	Maior melhor	12 meses	80%
Frequência de medição	**Data início medição**	**Data fim medição**	
Anual	03/19	12/22	

Fórmula de cálculo

$$I8 = \frac{IR}{IP} X\,100$$

Nome do numerador: IR – Inventário Realizado	
Definição	Número de municípios com inventário realizado
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	IEPHA e Órgão responsável no ES
Nome do denominador: IP – Inventário Previsto	
Definição	Número de municípios com inventário previsto.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	IEPHA e Órgão responsável no ES

I6 – Porcentagem de realização dos apoios previstos pelo calendário estruturado em cada território

Tipo	**Resultados esperados**		
Eficácia	Porcentagem de ações apoiadas pela Fundação Renova em realização aos calendários construídos conjuntamente com a comunidade realizadas.		
Unidade	**Polaridade**	**Período associado**	**Valor meta**
%	Maior melhor	12 meses	80%
Frequência de medição	**Data início medição**	**Data fim medição**	
Anual	03/18	12/20	

Fórmula de cálculo

$$I9 = \frac{AC-R}{AC-P} X\ 100$$

Nome do numerador: AC-R – Ações do Calendário Realizadas	
Definição	Número de ações previstas nos calendários elaborados que foram apoiadas
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Calendário participativo elaborado pelo Programa em conjunto com a comunidade.
Nome do denominador: AC-P – Ações do Calendário Previstas	
Definição	Número de ações previstas nos calendários elaborados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Calendário participativo elaborado pelo Programa em conjunto com a comunidade.

7. Anexos

- Anexo I – Clausulas 101 105 do TTAC
- Anexo II – Detalhamento de Escopos
- Anexo III – Equipe do Programa
- Anexo IV – Riscos do Programa (Conforme formulário da área de governança e riscos) (em fase de elaboração)

8. Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. 2002. La cultura como praxis. Buenos Aires, Paidós.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN/ Minc/DID. 2000.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Prof. Dr. Fabrício Gallo (UNESP). Boletim Campineiro de Geografia, v.2, n.3, 2012. BCG e disponível no link: http://agbcampinas.com.br/bcg, acesso em 11/04/2013.

RENNÓ, Fernanda de Andrade Pinto. Le Sertão Mineiro: Um territoire à la recherche de sés paysages et de sés identités.

2009.These (Doctorat)- I" Université de Toulouse Le Mirail, Toulouse, 2009. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SAHLINS, Marshal. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção". In: Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, 1997.

Este documento foi elaborado por Nome do líder de programa – Líder de Programa.

----------	----------
Shymena Guedes	Marcus Fuchs
Líder de Programa	Gerente Executivo
Data:	Data:

ANEXO I - CLÁUSULAS DO PROGRAMA

SUBSEÇÃO III.3: Programa de apoio ao turismo, cultura, esporte e lazer, de cunho reparatório e compensatório.

CLÁUSULA 101: A FUNDAÇÃO deverá realizar um diagnóstico do impacto do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer nos municípios da ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECONÔMICA dos dois Estado.

CLÁUSULA 102: O diagnóstico deverá ser discutido com as comunidades e deverá conter o levantamento das manifestações culturais, esportivas e de lazer da ÁREA DE ABRANGÊNCIA, com destaque para aquelas associadas aos recursos naturais colocados em indisponibilidade pelo EVENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO: O diagnóstico deverá incluir o inventário de turismo local impactado e o diagnóstico das potencialidades turísticas das áreas impactadas.

CLÁUSULA 103: À luz do diagnóstico, poderão ser desenvolvidas as seguintes ações relacionadas à cultura, ao turismo, ao esporte e ao lazer nas áreas identificadas no diagnóstico como impactadas, como medidas compensatórias:

a) implantação de equipamentos de esporte e lazer;

b) criação de Memorial em Bento Rodrigues, em entendimento com a comunidade;

c) apoio técnico e material para ampliação dos Programas Mais Cultura nas Universidades e Mais Cultura na Escolas;

d) realização de campanha de autodeclaração de grupos, coletivos e entidades culturais por meio da Plataforma Rede Cultura Viva;

e) modernização de bibliotecas públicas municipais e criação de um Comitê Nacional de Incentivo à Leitura, de forma a fomentar ações de promoção da leitura.

f) implantação de equipamentos culturais e desenvolvimento de ações de fomento e incentivo à cultura em consonância com a Política e o Sistema Nacional de Cultura;

g) revitalização do Programa Estrada Real, na ÁREA DE ABRANGÊNCIA, com vistas à atração do turismo para as localidades afetadas; e

h) Implementação de ações de desenvolvimento da Pesca Esportiva/Amadora para a bacia hidrográfica.

CLÁUSULA 104: À luz do diagnóstico, deverão ser desenvolvidas as seguintes ações relacionadas à cultura, ao turismo, ao esporte e ao lazer nas áreas identificadas no diagnóstico como impactadas, como medidas reparatórias:

a) fortalecimento de instituições locais afins à atividade de turismo;

b) elaboração de plano participativo de turismo; e

c) apoio técnico para implementação do plano de turismo, incluindo publicidade.

d) apresentação de proposta, elaborada em conjunto com as comunidades impactadas, para o enfrentamento das perdas do ambiente necessário para a realização de práticas de lazer, esporte e sociabilidade, a ser validado pelos ÓRGÃOS PÚBLICOS envolvidos;

e) reparação dos trechos da Estrada Real impactados pelo EVENTO.

f) implementação de ações de recuperação da Pesca Esportiva/Amadora para a bacia hidrográfica; e

g) requalificação profissional de agentes locais da Pesca Esportiva impactados, entre os quais guias de pesca, condutores de embarcações, estruturas de hospedagem e produtores de iscas, na hipótese de impossibilidade de retomada da atividade original.

CLÁUSULA 105: O diagnóstico referido neste programa deverá estar concluído no prazo de 12 (doze) meses da assinatura deste acordo, sendo as ações de fomento desenvolvidas pelo prazo de 60 (sessenta) meses da aprovação do PROJETO pela FUNDAÇÃO.

ANEXO II - Detalhamentos

1. Diagnósticos

Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada– IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Herkenhoff & Prates - Relatório de Mapeamento de Ativos, Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsídio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 39 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundários para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados

à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Fundação, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de survey operacionalizada pelo aplicativo TapSee, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens

que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.

Em cada comunidade foi mapeada uma liderança ou representante de associação comunitária que tivesse conhecimento da localidade e de seus moradores. Nos casos em que não havia uma liderança reconhecida, procurou-se entrevistar uma pessoa de referência na comunidade, como alguém indicado por outros moradores ou um comerciante.

As entrevistas foram realizadas com o auxílio de tablets e aplicativo específico e também gravadas. Os pesquisadores também estavam munidos com câmera fotográfica e drone para facilitar um melhor entendimento da relação da comunidade com o rio e também sua espacialização.

Para os trabalhos em escritório, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

Os principais objetivos desse diagnóstico foram:

- Identificar e qualificar impactos sobre o Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, em função do rompimento da Barragem de Fundão;
- Identificar potencialidades para o setor turístico nos municípios das áreas de abrangência;
- Avaliar pertinência das medidas Reparatórias e Compensatórias (Cláusulas 103 e 104 do Acordo) à luz do diagnóstico.

Primeiro foram identificados e analisados, de forma detalhada, os impactos gerados a partir do evento, enfatizando-se o turismo, cultura, esporte e lazer, de maneira que se estabeleceu uma contextualização procedida de análises dos impactos identificados, com o fito de apurar oportunidades transformadoras a serem caracterizadas num segundo momento.

Em seguida realizou-se uma análise do portfólio de oportunidades, demandas e medidas, de forma a identificar alternativas de investimento mais promissoras, por intermédio da utilização de um modelo de critérios, que buscou analisar as estratégias e interesses das partes interessadas no processo.

Esta fase é finalizada com o alinhamento das oportunidades com comunidades e stakeholders, com objetivo de construir uma lista de iniciativas pertinentes ao Programa de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer a serem observadas/realizadas pela Fundação.

Uma importante informação gerada a partir desses diagnósticos foi o grau de severidade dos impactos por município.

Foi elaborada uma Matriz de Avaliação de Impacto considerando uma metodologia específica, proposta pela empresa Expressão Socioambiental, responsável pelos diagnósticos dos municípios do estado de Minas Gerais, mas foi utilizada também pela empresa Futura nos diagnósticos realizados no estado do Espírito Santo.

De acordo com essa Matriz, temos a classificação de todos os municípios, conforme abaixo. Essa classificação embasa os critérios de seleção e de prioridade de atividades e regiões do programa.

POUCO SIGNIFICATIVO	SIGNIFICATIVO	MUITO SIGNIFICATIVO	CRÍTICO
Aimorés	Colatina	Alpercata	Barra Longa
Baixo Guandu	Córrego Novo	Belo Oriente	Mariana
Bom Jesus do Galho	Dionísio	Caratinga	Galiléia
Iapu	Pingo D'Água	Conselheiro Pena	Governador Valadares
Ipatinga	Resplendor	Fernandes Tourinho	Periquito
Itueta	Timóteo	Naque	Regência
Marilândia		Rio Casca	Rio Doce
Marliéria		São José do Goiabal	Santa Cruz do Escalvado
Raul Soares		Sem-Peixe	Tumiritinga
São Domingos do Prata		Bugre	
São Pedro dos Ferros		Ipaba	
Sobrália		Povoação	
		Santana do Paraíso	

Tabela 6: Matriz de Avaliação de Impactos

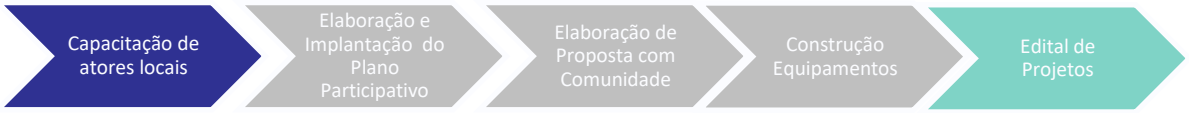
2. Detalhamento Orçamento 2016/2017

Atividade	2016	2017 Total	Total Geral
DIAGNÓSTICO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTE	R$ 1.016.103,69	R$ 2.810.119,19	R$ 3.826.222,88
FOMENTO CULTURA ESPORTE EMERGENCIAL	R$ 64.167,01	R$ 28.223,68	R$ 92.390,69
NATAL LUZ - MARIANA	R$ 245.525,56		R$ 245.525,56
PARQUE LAZER INFANTIL - REGENCIA		R$ 126.966,11	R$ 126.966,11
REVEILLON FOZ DO RIO DOCE		R$ 117.960,61	R$ 117.960,61
IRONBIKER		R$ 300.000,00	R$ 300.000,00
FESTA DO CABLOCO BERNARDO 2017		R$ 135.000,00	R$ 135.000,00
APOIO A 12 FESTA DO ROBALO DE POVOAÇÃO		R$ 41.000,00	R$ 41.000,00
	R$ 1.325.796,26	R$ 3.559.269,59	R$ 4.885.065,85

3. Detalhamento dos escopos dos Projetos

3.1. PF 240 - Projeto de Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

3.1.1. Capacitação de atores locais



Público: agentes públicos, membros do conselho e lideranças comunitárias dos municípios da área de abrangência.
TTAC: 104/a: fortalecimento de instituições locais afins à atividade de turismo (cultura, esporte e lazer)

Data prevista: 2018.

O primeiro passo desse projeto passa pela capacitação de atores locais, visando promover o apoio e o fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer, com vistas a agregar e encontrar correspondência quando possível com as diretrizes nacionais e estaduais de turismo, cultura, esporte e lazer, integrando estes municípios impactados aos respectivos sistemas nacionais e estaduais de política destas áreas, bem como fortalecendo instrumentos e instituições de gestão.

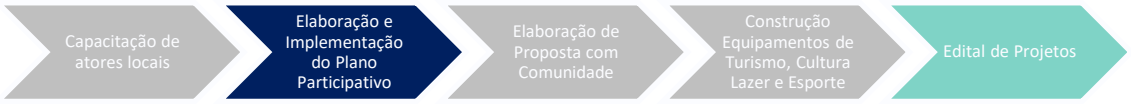
Para a preparação do material didático e do conteúdo dessas capacitações, deverá ser utilizado como base o curso de conselheiros já existente das Secretarias Estaduais de Cultura, Esportes e Turismo dos estados de MG e ES e seguir as diretrizes e metodologia dessas.

Sobre o Turismo, as temáticas abordadas serão sobre a importância dos instrumentos públicos de turismo, a saber: Plano Participativo de Turismo, Conselho de Turismo, Fundo de Turismo e sobre as políticas públicas estaduais e federais. Será oferecida também uma assistência técnica para criação do conselho, do fundo e para a inserção do município em algum circuito turístico regional caso ainda não esteja inserido.

No que tange a Cultura as capacitações serão sobre a importância dos instrumentos de Cultura, a saber: Plano Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Cultura e Fundo, e sobre as políticas públicas estaduais e federais. A assistência técnica para a criação do Conselho de Cultura e do Fundo também será realizada.

Por fim, uma capacitação sobre a importância dos instrumentos e políticas estaduais e federais de esporte e lazer e um apoio técnico para a criação dos respectivos conselhos e implantação do Fundo, assim como avaliar a possiblidade de inserção do município no Programa Esporte e lazer da Cidade (PELC)[5], desenvolvido por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis), caso seja de interesse do município.

3.1.2. Elaboração e Implementação dos Planos Participativos de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer



[5] http://esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/programa-esporte-e-lazer-da-cidade-pelc

Público: Municípios da área de abrangência.

TTAC: 104b: elaboração de plano participativo de turismo; e 104c: apoio técnico para implementação do plano de turismo, incluindo publicidade; 104d: apresentação de proposta, elaborada em conjunto com as comunidades impactadas, para o enfrentamento das perdas do ambiente necessário para a realização de práticas de lazer, esporte e sociabilidade, a ser validado pelos ÓRGÃOS PÚBLICOS envolvidos;

Data prevista: 2018.

Considerando a realidade local, onde dos 39 municípios apenas 11 possuem Plano de Turismo, 5 possuem Plano de Esporte e Lazer, e, 7 possuem Plano de Cultura (segundo dados dos diagnósticos realizados em 2016/17), os municípios receberão a possiblidade de a partir de suas necessidades e potencialidades serem contemplados por esses instrumentos, de extrema importância para o desenvolvimento local e a continuidade das políticas públicas estaduais e federais, assim como representam critérios básicos para se acessar alguns tipos de verba.

A temática do planejamento participativo se inscreve como de extrema atualidade ao propor que novos arranjos institucionais possam ser viabilizados para que a gestão seja empreendida em favor de todos e por todos os atores sociais envolvidos. Esse projeto prevê a elaboração e a assistência técnica para implementação dos planos.

Esses planos servirão de base para a identificação de qual equipamento poderá ser implantado em cada município.

Será realizado para cada município um plano de ação, que detalhará o que será realizado desde planos à equipamentos públicos a serem construídos. Ele será elaborado com uma base participativa e pactuado com o poder municipal, uma vez que a execução dos planos é de responsabilidade dos municípios.

É fundamental que cada prefeitura designe representantes efetivos que serão responsáveis por acompanhar todo o processo e dar o suporte necessário para a elaboração dos produtos presentes no plano de ação pactuado entre Fundação e Prefeituras.

3.1.3. Construção de equipamentos de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Público: Municípios classificados como tendo tipo impacto nas categorias: Crítico, Muito Significativo e Significativo (28 dos 40 municípios).

TTAC: 103/a: Implantação de equipamentos de esporte e lazer. 104/d: Apresentação de proposta, elaborada em conjunto com as comunidades impactadas, para o enfrentamento das perdas do ambiente necessário para a realização de práticas de lazer, esporte e sociabilidade, a ser validado pelos ÓRGÃOS PÚBLICOS envolvidos. 103/f: implantação de equipamentos culturais e desenvolvimento de ações de fomento e incentivo à cultura em consonância com a Política e o Sistema Nacional de Cultura.

Construir a partir de uma elaboração comum de proposta com a comunidade, equipamentos de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. A partir dos diagnósticos e dos planos participativos, será selecionado, de acordo com a prioridade e necessidade, equipamentos de Cultura, Turismo, Esporte e/ou Lazer nos municípios afetados dentro de um limite de verba aprovado para cada caso. De acordo com o TTAC, duas clausulas respaldam essa atividade, uma que prevê a implantação de equipamentos de esporte e lazer, e outra que prevê a implantação de equipamentos de cultura. Assim como foi

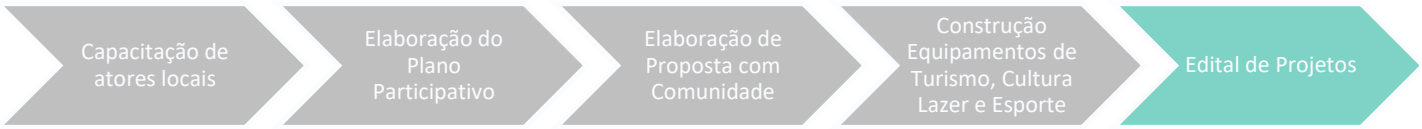
entendido que os planos participativos seriam elaborados de acordo com a necessidade e vocação de cada município alargando os dispostos no termo para outras áreas que não somente o turismo como previsto, no entendimento do que se deve ser realizado enquanto equipamentos, foi incluído o turismo.

Restrições: O(s) equipamento(s) será(ão) implantado(s) na localidade afetada, independentemente de se tratar da sede do município.

Data prevista: Por ano serão priorizados 8 municípios, tendo até o final do programa (5 anos), beneficiado todo o público alvo.

Critérios: O critério de seleção da ordem de atendimento dos municípios vai se basear nos graus de severidade dos impactos, apresentados nos diagnósticos.

3.1.4. Edital de Projetos (em elaboração)



Público: Municípios com planos setoriais já existentes ou que já tenham pactuado com a Fundação a elaboração dos mesmos.

TTAC: 103/f: (...) desenvolvimento de ações de fomento e incentivo à cultura em consonância com a Política e o Sistema Nacional de Cultura. 104d: apresentação de proposta, elaborada em conjunto com as comunidades impactadas, para o enfrentamento das perdas do ambiente necessário para a realização de práticas de lazer, esporte e sociabilidade, a ser validado pelos ÓRGÃOS PÚBLICOS envolvidos.

103d: modernização de bibliotecas públicas municipais e fomentar ações de promoção da leitura.

Primeiramente é de extrema importância esclarecer que o edital será a única entrada para apoio de projetos, incluído eventos e festas. A partir do início da fase de execução formal do programa, a Fundação não realizará apoio a projetos que não forem apresentados e avaliados como pertinentes nas linhas propostas por meio desses editais.

Denominado, edital Doce, tem como objetivo apoiar propostas que ataquem as principais questões que afetam a bacia do Rio Doce do ponto de vista do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, identificadas a partir dos diagnósticos e dos planos setoriais, engajando e fomentando novas ideias e possibilitando a implementação prática de projetos e novos negócios sustentáveis. Será aberto edital, uma vez por ano, para organizar as propostas num calendário anual. O formato de edital democratiza o acesso à Fundação e possibilita um enfrentamento do problema de forma conjunta e participativa.

A partir de uma análise dos diagnósticos, e do grau de severidade dos impactos em cada localidade a verba do edital será direcionada espacialmente com limites que ainda serão definidos por área. Assim como faixas de prêmios que serão estabelecidas tendo o solicitante que optar por uma opção de verba no início da inscrição.

Quais são as modalidades do programa?

O edital Doce contemplará as seguintes modalidades de projetos:

1. Incentivo à Cultura Popular e Tradicional
2. Turismo
3. Lazer e Esporte
4. Incentivo à Leitura

5. Fomento às Artes

Obs. O detalhamento do que poderá ser apresentado como projeto em cada categoria será balisado por material enviado pela Câmara Técnica, com o suporte das respectivas secretarias de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Qual a frequência dos editais?

Será aberto uma vez por ano um edital Doce. Em cada ano uma janela temporal de 3 meses será criada para o período de inscrição. Com isso, a ideia é receber e viabilizar os projetos que conversem com as temáticas propostas, e organizar um calendário temporal e espacial.

Quem pode enviar propostas?

O Edital Doce acredita que todos podem ser protagonistas na recuperação do Rio Doce, portanto, qualquer solução é bem-vinda. Pessoas jurídicas e entidades de natureza pública e privada com sede na bacia do Rio Doce, com ou sem fins lucrativos, regularmente constituídas, inscritas nos órgãos competentes, com os documentos sociais (contrato social, alterações, estatutos e atas) atualizados e registrados e aptas a firmar contratos e a emitir documentos fiscais,

- Pessoas físicas com idade mínima de 18 anos completados até o último dia de inscrição.

- Duplas, trios, coletivos ou grupos, ainda que não constituídos juridicamente, hipótese em que o responsável pelo preenchimento do formulário de inscrição deverá estar apto a representar os demais.

Quem não pode participar do Edital Doce

- Não poderão participar do Edital pessoas detentoras de mandato eletivo.

- Dirigentes de órgão ou entidade da administração pública, nas esferas federal, estadual e municipal.
- Funcionários e estagiários da Fundação Renova.
- Prestadores de serviços e terceirizados da Fundação Renova, com contratos cuja data de vigência coincida com qualquer período a janela de inscrição do edital.
- Integrantes da comissão de avaliação e de seleção do Edital Doce.

Posso inscrever mais de um projeto como proponente?

Cada número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) poderá inscrever um único projeto.

Uma pessoa pode participar de mais de um projeto?

Sim. Como participante você pode estar presente em vários projetos ou como integrante de grupos, coletivos ou equipe técnica.

Quantos projetos serão contemplados?

Não há número mínimo ou máximo previamente. As escolhas são de exclusiva atribuição da comissão de seleção da Fundação Renova, observando o limite orçamentário do programa e os critérios de avaliação dos projetos.

Qual é o valor máximo de recursos por projeto?

Existem duas categorias de projetos, que poderão ser aplicados para todas as cinco linhas propostas:

1. Projetos até R$ 50.000,00
2. Projetos até R$ 300.000,00

O orçamento deverá sempre ser elaborado em moeda nacional (real) e contemplar a realização plena do projeto inscrito, com todas as etapas e os itens necessários: serviços, materiais e bens, entre outros itens, além dos valores a serem pagos para licenciamento de direitos autorais.
Os orçamentos deverão incluir o valor de toda a carga tributária estimada incidente no projeto.

Como será definido o cronograma de execução dos projetos?

Os projetos selecionados deverão ser necessariamente concluídos em até 12 meses a partir da data de assinatura do contrato.
O cronograma de execução será o resultado de uma construção conjunta entre a proposta inscrita e as considerações da comissão de seleção e da equipe da Fundação Renova, sempre em acordo com o proponente.
Após a formalização do contrato, as alterações no cronograma do projeto estarão sujeitas à aprovação da Fundação.

Como será a liberação dos recursos?

As condições de liberação dos recursos para os projetos contemplados estarão previstas em contrato. Esses valores serão pagos unicamente à pessoa física ou jurídica que firmou contrato com a Fundação, mediante a apresentação dos respectivos documentos fiscais.
Caberá ao contemplado destinar os recursos recebidos para o que houver sido pactuado com a Fundação.
Os pagamentos estarão condicionados ao cumprimento das etapas do projeto e serão efetuados de acordo com o cronograma previsto em contrato. Alterações de valores e remanejamentos de itens estarão sujeitos à aprovação da Fundação.

Posso complementar meu orçamento com recursos de outras fontes?

Sim. Não há impedimento para que o projeto disponha de outras fontes de financiamento, mas as condições legais e técnicas serão avaliadas e acordadas pela área jurídica da Fundação.

Como será feita a seleção?

Em três fases, conforme detalhado logo abaixo.
O sistema invalidará as inscrições:

- a. que estejam incompletas ou não finalizadas;
- b. que não cumpram os requisitos mínimos exigidos neste documento;
- c. que não atendam a alguma questão legal.

Fase de avaliação

Todas as inscrições válidas serão analisadas pelos integrantes da comissão de avaliação da Fundação Renova, que avaliará os projetos que atendam em parte ou integralmente aos critérios norteadores do programa.

Fase de seleção

Todos os trabalhos aprovados na fase de avaliação serão analisados pela comissão de seleção da Fundação, considerando estes critérios:

a. singularidade – criatividade, inovação, experimentação, contemporaneidade;

b. relevância – abrangência, efeito multiplicador, potencialidade, referência, representatividade;

c. consistência – conceituação, viabilidade.

Fase de viabilidade técnica

Antes da formação da lista final de contemplados, a Fundação irá verificar a viabilidade técnica, financeira e jurídica dos projetos selecionados.

Nesta etapa serão avaliados, entre outros fatores: requisitos de direitos autorais, direitos de imagem, cumprimento de outras legislações incidentes, checagem de fornecedores, questões ambientais e administrativas, aspectos financeiros, itens de governança e transparência, riscos à segurança, cumprimento dos itens que constam neste documento.
As decisões serão soberanas em qualquer uma das fases, não sendo passíveis de questionamento ou recurso, e serão tomadas considerando-se todos os requisitos e critérios deste documento.

Quem são os integrantes da comissão?
Membros da área técnica da Fundação Renova e da Câmara Técnica de Educação e Cultura.

Haverá prestação de contas ou outras responsabilidades do contemplado?
Sim. A forma de prestação de contas será estabelecida em contrato e incluirá, entre outras exigências, o atendimento das questões jurídicas e anticorrupção; a realização do projeto em conformidade com o pactuado entre as partes; e o atendimento do cronograma estabelecido.

3.2. PF 241 - Projeto Estrada Real

3.2.1. Recuperação de Trechos da Estrada Real

Público: Mariana e distritos afetados pelo EVENTO.

TTAC: TTAC 104/e: reparação dos trechos da Estrada Real impactados pelo EVENTO

Objetivo: Reparar trechos da Estrada Real danificados pelo EVENTO.

Restrições: Aguardar a definição da abertura para visitação ou não de Bento Rodrigues para a definição de uma possível nova rota para a Estrada Real.

Data prevista: A ponte que liga Bento Rodrigues a Santa Rita tem previsão de término de reparação para fevereiro de 2018.

3.2.2. Revitalização da Estrada Real

Público: Mariana e distritos por onde passa a Estrada Real afetados pelo EVENTO.

TTAC: 103/g: revitalização do Programa Estrada Real, na ÁREA DE ABRANGÊNCIA, com vistas à atração do turismo para as localidades afetadas.

Objetivos: Construção conjunta com o Instituto Estrada Real/FIEMG e a Prefeitura de Mariana de projetos que possam ser desenvolvidos em cooperação técnica/financeira com a FUNDAÇÃO para a revitalização turística da Estrada Real em Mariana e distritos diretamente impactados.

Data prevista: Em andamento, 2017/2019

3.3. PF 243 - Projeto de Valorização e Preservação Cultural

3.3.1. Projeto Inventário dos bens culturais do Rio Doce (materiais e imateriais)

Público: 39 municípios da Área de Abrangência

TTAC: 103/f: Implantação de equipamentos culturais e desenvolvimento de ações de fomento e incentivo à cultura em consonância com a Política e o Sistema Nacional de Cultura.

Data Prevista: 2018/2019

Detalhamento:

Está prevista uma parceria entre a Fundação Renova, os municípios, o IEPHA e órgão gestor do patrimônio do Estado do Espírito Santo, a realização de um "Inventário do Patrimônio Cultural da Bacia do Rio Doce". Poderá ser utilizada parceria já existente ente FAPEMIG, FAPES e a Fundação Renova, para viabilizar a contratação. Os Municípios participarão do inventário por meio de um Acordo de Cooperação Técnica. Isso poderá ser contado para fins do ICMS-patrimônio Cultural, caso o Estado disponha dessa política.

Objetivos do inventário:

a) identificar e inventariar os bens culturais resultantes dos processos e práticas sociais, políticas, econômicas e culturais da população presente nos municípios que compõem a bacia do Rio Doce, considerando: as estruturas arquitetônicas, os bens móveis e integrados, conjuntos urbanos e núcleos históricos, acervos

documentais, estruturas arqueológicas, sítios naturais e bens culturais de natureza imaterial (lugares, saberes, formas de expressão e celebrações);

b) identificar carências, ações prioritárias, bem como as potencialidades a serem desenvolvidas no campo do patrimônio cultural, prevendo a integração das ações de preservação com as demais políticas públicas de planejamento e ordenação do território, políticas de cultura, turismo, educação etc;

c) propor conjuntamente e de modo pactuado com os diversos agentes participantes do processo de Inventário, quais os bens culturais que serão inventariados, tombados e/ou registrados pelas diferentes esferas de poder e quais as diretrizes preliminares de salvaguarda para cada um deles;

d) definir um plano de atuação nos Territórios para os anos subsequentes à conclusão do Inventário Cultural, dotando o IEPHA-MG, o órgão gestor do Espírito Santo e os municípios das regiões de informações para o planejamento de ações de curto, médio e longo prazo;

e) incentivar a implantação e/ou aperfeiçoamento das políticas municipais de proteção dos bens culturais;

f) promover um maior alinhamento entre os municípios dos Territórios visando a gestão do patrimônio regional, incentivando a criação de consórcios intermunicipais, além de uma maior integração entre os municípios e o IEPHA-MG e o órgão gestor do patrimônio do Espírito Santo, vislumbrando uma ação "sistêmica" em que as partes atuem de forma cooperada, compartilhada, potencializando os resultados das ações empreendidas e dos recursos disponíveis.

Produtos a serem entregues

1. Relatório Técnico, contendo:

a) considerações acerca da metodologia utilizada, dos marcos legais e teóricas que embasaram o Inventário e das intercorrências observadas ao longo do trabalho;
b) pesquisa sobre a trajetória histórica da região e dos municípios que a compõe, abordando seus aspectos políticos, socioeconômicos, urbanos, ambientais, artísticos e as relações de trocas estabelecidas entre os grupos sociais e seus sistemas culturais ao longo do tempo. Para tanto, é fundamental a realização de pesquisa documental, bibliográfica, iconográfica, relatos orais e outras fontes para subsidiar a contextualização histórica e a identificação de referências culturais e significados variados;

c) apresentação do território pesquisado, com uma caracterização geral dos municípios e seus aspectos demográficos, econômicos, sociais, culturais, infraestrutura e grandes equipamentos regionais, além da identificação de áreas de interesse de uso, zoneamentos, unidades de conservação, dentre outros; (parte disso já está presente nos diagnósticos)

d) diagnóstico das políticas municipais de proteção ao patrimônio cultural dos municípios que compõem os Territórios, identificando a existência ou não de legislação municipal, órgãos gestores, conselhos de patrimônio e/ou de cultura e bens culturais acautelados pelos municípios;

e) apresentação das ações de proteção ao patrimônio a serem desenvolvidas em âmbito municipal e/ou regional e que foram pactuadas com os municípios participantes. Para tanto, é fundamental a identificação das carências e potencialidades locais e regionais no campo do patrimônio cultural e

proposição de instrumentos locais e regionais de gestão ao patrimônio cultural, tais como os consórcios intermunicipais;

f) caracterização geral das referências culturais de expressividade regional e/ou estadual presentes nos Territórios, abordando-as sob os aspectos histórico, físico, construtivo, simbólico, funcional e afetivo;

g) proposta de proteção ao patrimônio cultural a ser desenvolvido pelo IEPHA-MG e órgão gestor do Espirito Santo na bacia do Rio Doce, contendo as indicações para proteção estadual e apontamentos para salvaguarda dos bens identificados como de interesse de proteção;

h) fontes e referências documentais utilizadas na confecção do relatório Técnico;
i) anexo contendo as atas das reuniões com os municípios, Acordos de Cooperação devidamente assinados, autorizações de uso de imagens, acervo fotográfico e documental produzido, arquivos das entrevistas, em áudio e vídeo, e suas transcrições;
j) uma publicação sintetizando a pesquisa e um documentário.

3.3.2. Pontos de Memória e Cultura

TTAC: 103/d: Realização de campanha de auto declaração de grupos, coletivos e entidades culturais por meio da Plataforma Rede Cultura Viva.

Público: Todas as comunidades da área do programa.

Data prevista: 2019/2020

O TTAC prevê, na Cláusula103D, compensatória, uma campanha de auto declaração de grupos, coletivos e entidades culturais por meio da Plataforma Rede Cultura Viva. Considerando que essa plataforma encontra-se hoje desativada, e com o objetivo valorizar a cultura realizada na base da sociedade brasileira, a articulação em rede e a gestão compartilhada, com base nos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento da sociedade civil, contribuindo para a inclusão social, o combate ao preconceito e a todas as formas de discriminação e intolerância, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira e o pleno exercício dos direitos culturais, deverão ser seguidos os critérios das políticas estaduais da área.

Esse projeto prevê então, após discussão com os órgãos estaduais responsáveis por essa temática, o apoio para a criação de pelo menos um Ponto de Memória (ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social) ou Ponto de Cultura em cada um dos municípios afetados por meio de Edital referenciado na Lei Federal Cultura Viva (13018/2014) e Instrução normativa nº 1 de 7 de abril de 2015.[6]

Restrições: Desde 23 de julho de 2014, com a sanção da Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014), o Programa Cultura Viva tornou-se Política de Estado. Ou seja, toda iniciativa nesse sentido deve ser pensada em parceria com o Estado.

[6] O Governo de Minas tem interesse em iniciar seu programa nesta área, a partir da Bacia do Rio Doce, e para isso proporá parceria com a Fundação Renova, para viabilizar o desenvolvimento da Plataforma. O mesmo deverá ser verificado junto ao Governo do Espirito Santo.

3.4. PF 240 - Projeto de Incentivo à Leitura

3.4.1. Diagnóstico das Bibliotecas Municipais

Público: Todos os municípios da área de abrangência.

TTAC: 103/e: Modernização de bibliotecas públicas municipais e criação de um comitê Nacional de Incentivo à Leitura, de forma a fomentar ações de promoção da leitura.

Data prevista: O diagnóstico tem previsão de ser realizado em 2018. A partir desse material deverá acontecer um termo de compromisso entre a Fundação e os municípios beneficiados, que deve ser firmado ainda em 2018.

O objetivo desse diagnóstico é identificar a real situação das bibliotecas municipais, para a partir desse material propor um escopo definido e um recorte geográfico coerente para atuar nas localidades e equipamentos mais necessitados. Para a realização desse produto, deverão ser validados os dados disponibilizados pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais e do Espírito Santo.

3.4.2. Capacitação de Auxiliar de Biblioteca

Público: Auxiliares de Bibliotecas Públicas atendidas pelo Programa

TTAC: 103/d

Data prevista: 2018/2019

Capacitar auxiliares de biblioteca e professores responsáveis por bibliotecas públicas, visando a atualização e modernização do serviço oferecido assim como técnicas de incentivo à leitura.

Essa capacitação deverá incluir a elaboração dos planos municipais de livro, leitura, literatura e bibliotecas, sendo um dos produtos a criação do Comitê Regional do Pró-Ler[7]. É fundamental que a capacitação aconteça antes das modernizações, para que os responsáveis por cada espaço saiba o que solicitar para melhorar a atuação de sua biblioteca.

Criado pelo Decreto nº 519 de 13 de maio de 1992, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER pretende cada vez mais ser uma rede referência em valorização social da leitura e da escrita, presente em todo país, com qualidade, diversidade e inovação.

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER tem por finalidade contribuir para a ampliação do direito à leitura, promovendo condições de acesso a práticas de leitura e de escrita críticas e criativas. Isto implica articular a leitura com outras expressões culturais, propiciar o acesso a materiais escritos, abrir novos espaços de leitura e integrar as práticas de leitura aos hábitos espontâneos da sociedade, constituindo, dentro e fora da biblioteca e escola, uma sociedade leitora na qual a participação dos cidadãos no processo democrático seja efetiva.

O PROLER atua por meio de uma rede de Comitês sediados em prefeituras, secretarias de estados e municípios, fundações culturais ou educacionais, universidades e outras entidades públicas e privadas coordenados pela Coordenação-geral de Leitura/ DLLLB/SE/MinC e por seu Conselho Consultivo formado por gestores do MinC, do MEC e do Plano Nacional de Livro e Leitura e representantes dos Comitês. Tais instâncias de

[7] http://www.comiteprolervale.com.br/p/o-proler.html

coordenação dedicam-se a estabelecer diretrizes que consolidem ações e planos na área do livro e da leitura e promovam ações de fortalecimento deste programa sem determinar a direção e ritmo de crescimento dessa rede, mas coligando os fios existentes, promovendo o diálogo entre diferentes concepções e iniciativas.

A estrutura do PROLER constitui uma rede de coresponsabilidades não verticalizada que abrange instâncias políticas, materiais e técnico-teóricas descentralizadas, uma rede permanentemente aberta a novos projetos de leitura com ações inteiramente voltadas ao objetivo de estimular iniciativas autônomas em favor da leitura em diversas regiões do país. Esta condição garante que projetos de formação de leitores conveniados ao Programa e instituídos sob a forma de Comitês trabalhem sobre suas respectivas realidades regionais para atender às demandas próprias das comunidades onde atuam.

3.4.3. Modernização de Bibliotecas

Público: Periquito, Tumiritinga, Governador Valadares, Galileia, Baixo Guandu e Colatina (projeto piloto).

TTAC: 103/e: Modernização de bibliotecas públicas municipais e criação de um comitê Nacional de Incentivo à Leitura, de forma a fomentar ações de promoção da leitura. 103/f: Implantação de equipamentos culturais e desenvolvimento de ações de fomento e incentivo à cultura em Consonância com a Política e o Sistema Nacional de Cultura.

Data prevista: 2019/2020

O objetivo desse projeto é o de modernizar bibliotecas públicas. O primeiro passo para a execução desse projeto é a realização de um diagnóstico da situação atual das bibliotecas. A partir desse diagnostico serão identificados os espaços que serão contemplados com obras de modernização e mobiliário.

3.4.4. Projeto Mais Cultura

Público: Universidades e Escolas que tenham interesse e que sejam avaliadas como necessitadas para adesão ao programa Mais Cultura.

TTAC: 103/c: apoio técnico e material para ampliação dos Programas Mais Cultura nas Universidades e Mais Cultura na Escolas.

Data prevista: Ação prevista para 2021

Apoio técnico e material para ampliação dos Programas Mais Cultura nas Universidades e Mais Cultura nas escolas. Esse apoio pode ser entendido como em termos de capacitação para se inscrever no programa como de alcance de pré-requisitos para poder participar.

3.5. PF 0250 - Projeto Especial de Apoio ao desenvolvimento socioeconômico através do turismo na Foz do rio Doce e em Mariana[8]

Introdução

A Fundação RENOVA promoverá avanços na economia local por meio da realização de ações reparatórias ou compensatórias com vistas a minimizar os efeitos causados pelo rompimento da barragem de Mariana, impactando nas atividades de turismo da região da foz do rio Doce, especificamente sobre os distritos de Regência e Povoação.

A escolha do recorte geográfico desse projeto, se justifica pelo maior grau de criticidade apontado pelos diagnósticos de impacto do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer nessa localidade. A natureza do evento justifica fisicamente a escolha desse local, tendo sido a região da foz do rio Doce o depósito final de grande parte do material que percorreu o leito do rio até chegar ao mar, e tendo essa região permanecido no foco de uma mídia negativa extremamente forte, abalando as estruturas turísticas de um produto que ainda não se encontrava em fase madura de desenvolvimento.

Segundo estudos realizados pela Prefeitura de Linhares, contabilizou-se em Regência 22 pousadas, 04 Campings, 24 estabelecimentos de alimentação, classificados entre bares, restaurantes e lanchonetes, 02 supermercados, 02 mercearias e 01 posto de combustível; e em Povoação 02 pousadas, 02 campings e 02 restaurantes. Já os dados do Cadastro Socioeconômico da Fundação Renova (PG01) aponta a existência de 80 empreendimentos a serem trabalhados nas localidades de Regência e Povoação.

O diagnóstico apresentado pela FUTURA, contratado pela Fundação Renova - Diagnóstico e Avaliação do Impacto do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer – LINHARES, datado de janeiro de 2017, levantou de forma completa os impactos causados na região pelo desastre de rompimento da barragem de Mariana e concluiu com uma Matriz de Hierarquização de Iniciativas (MHI) para mitigar seus efeitos.

Como principais impactos observados nesse território podem-se citar: impactos sobre a imagem do município; Impactos em Comunidades; impacto no calendário de eventos culturais; impactos sobre costumes locais; impacto ambiental e na paisagem; impacto econômico sobre a cultura; impacto

[8] Nesse documento está apresentado de forma detalhada o projeto direcionado à região da foz do rio Doce. O mesmo será replicado em Mariana com os devidos ajustes à realidade local, esse detalhamento encontra-se em fase de elaboração.

sobre atrativos turísticos; impacto econômico no turismo e alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

Tendo em vista este diagnóstico, as devolutivas *in locus* realizadas pela Fundação nas duas localidades, e os atuais projetos de requalificação territorial em execução na região da foz, especificamente em Regência e Povoação, adotou-se uma ordem de prioridades que trilha soluções compostas de diagnósticos e elaboração de planos de melhoria, bem como palestras, oficinas, cursos e consultorias, assim como apoio a eventos com os temas voltados aos aspectos mais críticos apresentados.

Houve um impacto geral na cultura dessa região, que é um dos grandes atrativos turísticos locais, relativo ao cancelamento provisório ou temporário de grande número de atividades e eventos tradicionais, manifestações de patrimônio cultural imaterial, festejos, celebrações e eventos culturais não foram realizados. Isso gerou consequências negativas também na geração de empregos, na arrecadação de impostos, arrecadação de artistas locais, no movimento de pessoas, nas vendas, na autoestima e na perspectiva de futuro da população em geral.

Partindo do princípio que investir em cultura é investir em desenvolvimento socioeconômico, foi pensado um projeto que conseguisse dar uma maior atenção a realidade dessa localidade: a estagnação econômica fruto das conjunturas nacionais agravada pelo evento e um impacto fortíssimo na imagem.

Objetivo:

Apoiar o fortalecimento e desenvolvimento do empreendedorismo nestas localidades, tendo como foco as atividades ligadas ao Comércio (Artesanato), Serviços (Turismo), Agronegócios e Cultura, por meio da realização de ações que promovam a geração de renda, a retomada do crescimento (em especial da atividade turística) e a superação de desafios tanto de ordem de infraestrutura quanto iniciativas diretamente ligadas ao fortalecimento da governança e a cooperação.

Objetivos específicos

- Aprimorar e resgatar o potencial turístico da região;
- Promover capacitação empresarial para a melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- Desenvolver o comércio local através da movimentação turística;
- Preservar manifestações culturais e apresentá-las como atrativos turísticos;
- Fortalecer a identidade local;
- Fortalecer as instituições locais.

Caracterização da atividade turística da Foz do Rio Doce

O Turismo na Foz do rio Doce possui várias frentes, sendo elas: o surfe; o turismo pedagógico; o turismo ecológico e o turismo cultural. Todas elas possuem um compromisso com a preservação ambiental e cultural da vila. O que se destaca, neste ínterim, é a predileção por um turismo alternativo e diferenciado, em detrimento de um turismo de massa.

A região tem uma das melhores ondas do Brasil para a prática esportiva em 02 (dois) picos: um na boca ou foz do rio e outro localizado dentro da Reserva de Comboios. A ondulação sul, vento nordeste e a boa variação de maré são as condições que têm atraído surfistas do mundo inteiro para a prática do surfe em Regência. Com o evento, nota-se que os surfistas nativos e os que moram mais próximos à vila estão voltando a frequentar os picos, enquanto os de longe se afastaram, segundo eles, em razão da mídia negativa.

O turismo pedagógico é voltado, principalmente, para as atividades desenvolvidas pelo projeto Tamar que envolvem um trabalho em prol da preservação das tartarugas marinhas. O período de desova das tartarugas ocorre de setembro a março e atrai muitos grupos. Já o turismo ecológico está ligado a atividades que podem ser desenvolvidas no rio, como passeio de barco e expedição de caiaque, bem como trilhas dentro da reserva ecológica de comboios. Após o evento, o turismo pedagógico foi, de certa forma, mantido, já o turismo ecológico do rio tem sido pouquíssimo procurado, ante a impossibilidade de explorar o rio.

O turismo cultural está conectado às festas tradicionais do Congo e Folia de Reis. São elas: A levantada ou fincada do mastro em novembro; a derrubada do mastro em janeiro, em homenagem aos padroeiros do congo São Benedito; e a tradicional festa do Caboclo Bernardo, que acontece em junho e reúne várias bandas de congo. Outra festa cultural é o Fubica, durante várias datas do ano, inclusive no carnaval, trazendo as antigas marchinhas e frevos.

Todas as formas de turismo aqui apresentadas possuem uma ligação direta com a manutenção de pousadas, campings, bares e restaurantes e, como já mencionado, uma queda neste setor implica tanto em baixa no volume de ocupações das pousadas e campings, como no consumo nos bares e restaurantes.

Pilares estratégicos

O projeto está balizado nos seguintes pilares estratégicos:

Fortalecimento Turístico

O estudo citado mostra a queda das ocupações do setor hoteleiro na região, impactando todo o organismo de turismo existente. A necessidade de reestabelecer o ambiente turístico é eminente. Serão propostas então, ações locais para o fortalecimento do turismo local, tais como:

- Fortalecimento e Melhoria no calendário de atrativos turísticos da região que hoje conta com os seguintes eventos principais: Festa do Caboclo; Carnaval; Carnaval fora de época (Mica-Fubica); Ano novo / mastro de São Benedito / Alto verão; Campeonato de surf local Desenvolvimento do mapa da cidade com destaque aos atrativos turísticos;
- Implementação de projetos para as fachadas nos atrativos turísticos;
- Capacitação e qualificação dos empreendimentos urbanos e rurais;
- Implantação / estruturação de Polo Gastronômico;

Cooperativismo e Associativismo

Foco no turismo urbano, rural e reconstrução das relações amistosas entre os moradores deterioradas com o evento;

Compras em conjunto e Acesso a Mercado

Um negócio forjado em momentos de crise (mas que se encaixa bem em qualquer outro momento devido à economicidade gerada) e que pode ajudar empresas concorrentes a se manterem no mercado. Uma central de compras pode ser uma oportunidade para empresas do mesmo segmento (hospedarias e restaurantes) realizar suas compras de forma conjunta a fim de ganhar economia de escala. É uma alternativa para que as empresas consigam preços mais competitivos.

Comércio Justo

O Comércio Justo é um tipo de comércio baseado em desenvolvimento sustentável. Visa estabelecer contato direto entre o produtor e o comprador, desburocratizando o comércio e poupando-os da dependência de atravessadores.

Sustentabilidade

O Território pode transformar a sustentabilidade em uma forma de impulsionar e inspirar seu próprio desenvolvimento. Por que não incentivar que os atrativos turísticos da região tenham fossa séptica ecológica; energia solar e captação de água da chuva? Linhas de trabalho para apoiar os empreendimentos locais neste sentido serão postas em prática, de maneira a caracterizar o turismo no local com um invés de sustentabilidade.

Capacitação e Formação dos Empreendedores e Potenciais Empreendedores ligados a cadeia produtiva do turismo existente nas comunidades de Regência e Povoação

Conjunto de palestras, cursos e oficinas para desenvolver e qualificar os empreendedores locais na gestão dos negócios, dos comércios e serviços locais, artesãos, pescadores, bem como os produtores rurais.

Metodologia

Para cumprir com os objetivos propostos, a Fundação Renova traçou duas linhas paralelas de avanço em suas ações que representam uma real interface entre os programas de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer e o Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios, são elas:

Apoio a eventos tradicionais locais (Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer)

O apoio será ofertado para ações do tipo:

- Eventos que tenham como temática mestre a valorização da cultura local (festas típicas, religiosas ou não). Entende-se que esse tipo de evento tem como função principal, além do lazer local momentâneo, a preservação desses costumes validados pela comunidade como importantes;
- Eventos esportivos: campeonatos, apresentações etc. Atividades competitivas no âmbito esportivo têm uma caraterística muito forte de agregação, possibilitando o intercâmbio de comunidades próximas ou trocas dentro de uma mesma localidade;
- Eventos de lazer. A Constituição Federal, em seu art. 6º, *caput,* prevê expressamente o direito ao lazer como sendo um direito social.

A realização de eventos dessa natureza, completamente respaldados pelas clausulas 103F e 104D do TTAC[9], e no que o programa foi estruturado, implicam em benefícios que ultrapassam os objetivos

[9] 103F: implantação de equipamentos culturais e desenvolvimento de ações de fomento e incentivo à cultura em consonância com a Política e o Sistema Nacional de Cultura.

104D: apresentação de proposta, elaborada em conjunto com as comunidades impactadas, para o enfrentamento das perdas do ambiente necessário para a realização de práticas de lazer, esporte e sociabilidade, a ser validado pelos ÓRGÃOS PÚBLICOS envolvidos.

diretos, agregando valor por exemplo no fortalecimento de associações locais, visto que todo apoio será dado para elas próprias se capacitarem e realizarem os eventos que de maneira participativa tiverem sido escolhidos como aptos ao apoio proposto. Entende-se que esse fortalecimento funciona também como elemento de coalisão social, unindo os membros da comunidade em um prol comum, superando uma realidade local na qual em alguns momentos existe uma desagregação da população. Outro fator positivo é o início do desenvolvimento das regiões como verdadeiros polos turísticos. A partir do momento em que a identidade local for reforçada, com lideranças empoderadas, a localidade começará a percorrer o caminho de um desenvolvimento turístico de longo prazo.

Calendário Anual Participativo

Juntamente com as municipalidades e com participação social (representada pelas lideranças comunitárias e/ou conselhos setoriais), será elaborado um calendário anual das principais manifestações de cada localidade que representam uma real condição ou que possuem um alto potencial para a movimentação e o incremento da economia local. Esse documento, juntamente com os diagnósticos, será a referência para a aprovação ou não de propostas e solicitações.

Esses eventos e/ou ações serão usados como estudo de caso para as capacitações, de forma que essas possuam uma parte prática visando o fortalecimento das organizações locais, responsáveis pela produção e execução de todos os eventos propostos, com devida assistência técnica.

Dessa forma, além de ativar e injetar valores externos, e aumentar a circulação monetária local, o programa estará também fortalecendo e empoderando essas associações e, consequentemente as próprias comunidades.

Uma primeira versão desse calendário está sendo validada entre prefeitura de Linhares e comunidades de Regência e Povoação, mas a base são os eventos locais existentes, descritos no calendário abaixo.

Janeiro				Fevereiro
- Festa popular do congo em homenagem a São Sebastião e Santa Catarina, "DERRUBADA DO MASTRO", com muito congo, fé e alegria. É realizada próxima ao dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião.	- Folia de Reis de Bicho Folguedo popular, é realizado em Regência no final do mês de janeiro na maioria das vezes pelo grupo folclóricos de Povoação. Após iniciarem na igreja católica, saem nas casas animando os foliões com o vaqueiro, o boi e a bicharada, cantando, dançando até raiar a madrugada em meio a muita alegria, cores e sons.	- Durante todo o verão até o carnaval a Prefeitura em parceria com a comunidade realiza atividades esportivas e culturais com exibição de filmes no centro ecológico, shows na praça e o mini trio fubica pelas ruas aos finais de semana.	- Podem ser acompanhas aberturas de ninhos de tartarugas na sede do Projeto TAMAR.	- Aos domingos é realizada a campanha Jogue Limpo pelo projeto Ecocidadania, comunidade e parceiros através da Patrulha Ecológica Voluntária.	- Carnaval – No tradicional clube "Valete de Ouro", nos shows na praça ou em blocos de rua à frente do trio fobika ao som de antigas marchinhas e frevos, moradores e turistas fazem desta festa popular, momentos de paz e alegria. É uma festa tradicional e cultural.
Junho				**Novembro**	**Dezembro**
- É realizada próximo ao dia 03 de junho a tradicional festa em homenagem ao Herói Nacional Caboclo Bernardo, comemorada com atividades esportivas e culturais - "Auto do Caboclo Bernardo" e outras atividades, pela comunidade há mais de 50 anos.	- Há 19 anos foi inserido na programação o Encontro de Bandas de Congo de Regência, que reúne as bandas de congo e outros grupos folclóricos de todo o Espírito Santo.	- No final de semana próximo ao dia 29 de junho (antes ou depois), os pescadores comemoram seu dia, o Dia de São Pedro, com uma alegórica festa. Na programação atividades recreativas, esportivas e culturais como Procisão de Barco no Rio Doce com a imagem de São Pedro e as Bandas de Congo, Torneio de Pesca, Regata do Rio Doce (corrida de bote/barco a remo), concurso de "causos", Torneio de Confecção de Rede, Corrida de Saco, Thiatlon e o "Arraiá dos Pescadores" com quadrilha, casamento na roça, pau-de-cebo, fogueira e forró. A praça e o acesso ao porto são decorados com fogueiras ornamentais, coloridas bandeirolas, balões, fitas e redes com peixes de papel.	- Festas juninas e julhinas são realizadas entre os meses de junho e julho.	- Levantada ou Fincada do Mastro - é um evento realizado pela Igreja Católica e pelo Congo em homenagem a Sta. Catarina e São Benedito – padroeiro do congo.	- Comemoração a passagem do ano no dia 31 - Os moradores e turistas se reúnem nas cabanas próximas à praia e festejam a passagem do ano ao som do trio fobika. Caminho de velas ilumina as caminhadas até a praia, onde é feita a queima de fogos.

Figura 8: Calendário Local de atrações

Celebração de Convênio

Entende-se que o convênio representa o instrumento legal mais adequado para essa parceria, uma vez que ele representa um acordo que disciplina a transferência de recursos e tenha como partícipe, de um lado, a Fundação Renova e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública (federal, estadual ou municipal), consórcio público, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos.

Esse instrumento será então elaborado e no momento de cada apoio o valor referente à manifestação apoiada será repassado. Fica acordado e detalhado no documento todas as condições e regras necessárias para a implantação do mesmo.

Capacitações Locais

Estão previstas algumas capacitações locais que visam o aprimoramento dos eventos que serão promovidos.

É valido ressaltar que no momento de definição final do calendário essas capacitações poderão ser alteradas de acordo com as necessidades de cada projeto e comunidade.

Parceria entre Renova e SEBRAE (Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios)

Discutir os principais desafios e ações propostas pela Fundação com o SEBRAE – ES, instituição especializada na promoção do desenvolvimento econômico a partir do fortalecimento de Micro e Pequenos Negócios, com profundo conhecimento da região e do estado, tendo destacada expertise no setor turístico. Com a instituição se buscou elaborar uma proposta de trabalho conjunto para os distritos de Povoação e Regência, conforme determina o TTAC – Cláusula 132.

5.2.1. Turismo

A - Elaboração e implementação do plano promocional do turismo

- Design Estratégico (Consultoria) – Oficinas de planejamento participativo;
- Plano de Acesso a Mercado (preparação e aproximação com agências);
- Criação de Circuitos e Roteiros (consultoria);
- Como criar página empresarial no Facebook
- Redes Sociais (Instagram);
- Criação de calendário de Eventos;
- Realização de Fantour e fanpress (apoio da SETUR).

B – Capacitações sobre gestão e produção de eventos

- Produção de Eventos

  Os próprios eventos apoiados serão utilizados como estudo de caso para a melhoria na execução dos próximos;
- Associativismo

Como o projeto prevê a realização dos eventos através das associações locais, é de extrema importância que essas organizações estejam bem estruturadas;

- Prestação de Contas

Para assegurar o bom andamento do convenio que será celebrado, essa é uma capacitação indispensável visto a seriedade do tema;

- Captação de recursos para projetos

Essa atividade visa empoderar as associações e estimulá-la a encontrar outras fontes de apoio que não necessariamente a Fundação.

C - Capacitação dos prestadores de serviços ligados ao turismo

- Formação de Guias de Turismo e de Condutores em áreas Preservadas;
- Elaboração de script de atendimento;
- Aprender a empreender – Pousadas.
- Capacitação e Formação dos Empreendedores e Potenciais Empreendedores ligados a cadeia produtiva do turismo
- Capacitação empresarial para a melhoria da qualidade dos serviços prestado
- Capacitação para Guias de Turismo e de Condutores em áreas Preservadas

D - Estruturação do turismo pedagógico científico

- Elaboração de Roteiros;
- Elaboração de script.

E - Reforma e melhorias dos espaços de conveniência e atrativos turísticos

- Consultoria DOL – Diagnóstico Operacional para Lojas;
- Elaboração de projetos de layout e paisagismo (SEBRAETEC);
- Sinalização turísticas (nos empreendimentos: SEBRAE vias públicas: SETUR).

F- Fortalecimento da Gastronomia (ações voltadas para bares e restaurantes):

- Boas práticas de manipulação de alimentos;
- Cardápio de Sucesso;
- Sabor e Gestão - Boas ideias para alimentação fora do lar;
- Redução de Desperdício;
- Layout de restaurante;
- Elaboração de cardápios (valorização da identidade gastronômica);
- Oficinas de gastronomia.

G - Elaboração de Projeto para a criação do Centro de Atendimento ao Turista (local para a implantação do CAT - informações turísticas, vendas de passeios, comercialização de artesanato e produtos da agroindústria, apresentações e manifestações folclóricas);

H - Realização de Visitas técnicas para benchmark;

I – Assistência Técnica para Formalização – MEI.

5.2.2. Empreendedorismo e gestão

A capacitação através de cursos específicos destinados aos empreendedores, com métodos de ensino práticos que remetem a realidade do mercado e das empresas, é de grande auxilio para quem deseja ou já possui uma MPE, e quer se manter competitivo e aumentar as chances de sucesso da empresa. Neste sentido, a Renova ofertará capacitações aos empreendedores que tratam dos instrumentos de gestão necessários para se abrir uma empresa e mantê-la com sucesso e qualidade. Além da atuação visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas empresas, este projeto também tem como objetivo desenvolver ações de fomento e apoio ao associativismo, cooperativismo e fortalecimento da governança.

Gestão:

- Palestra “Qualidade no Atendimento”;
- Oficinas:
    - “SEI VENDER”,
    - “SEI COMPRAR”,
    - “SEI PLANEJAR”,
    - “SEI CONTROLAR MEU DINHEIRO”,
    - “SEI FORMAR PREÇO”,
    - “SEI EMPREENDER”,
    - “SEI UNIR FORÇAS PARA MELHORAR”,
    - “SEI ADMINISTRAR”,
    - “SEI CRESCER”,
    - “SEI DESIGN”,
    - “SEI CLICAR” e
    - “SEI CONTRATAR”
- Cursos “Planejamento Estratégico”, “Gestão de Pessoas e Equipes” e “Gestão Financeira”;
- Consultoria Gerencial Simplificada de Formação de Preço de Venda e Consultoria para diagnóstico e elaboração de Planos de Melhoria.
- Consultoria de aplicação de recursos (pós-crédito)

5.2.3. Artesanato

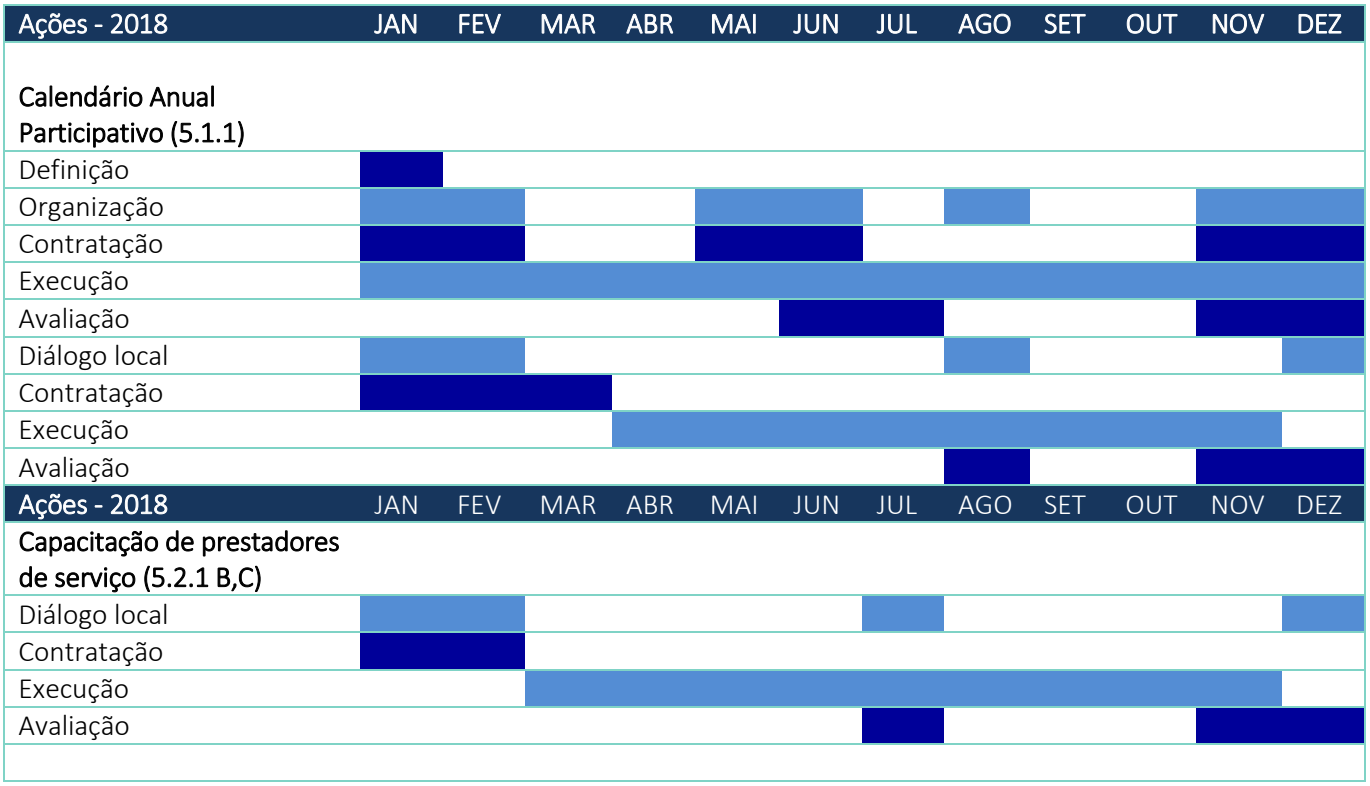
Para atender os artesãos de Regência e Povoação propomos:

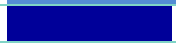
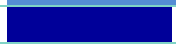
- Regência / Programa de Gestão e Design do Artesanato (PGDA)
- Regência / Consultoria
- Povoação / PGDA
- Povoação / Consultoria para criação de coleção de peças
- Participação na Feira Nacional de Artesanato Mãos de Minas BH

Cronograma

As ações previstas neste documento ocorrerão ao longo de 2018, seguindo o seguinte cronograma:

Ações:



Fortalecimento da Gastronomia (5.2.1 F)	
Diálogo local	
Contratação	
Execução	
Avaliação	
Projeto do Centro de Atendimento ao Turista (5.2.1 G)	
Diálogo local	
Contratação	
Avaliação	
Visitas técnicas (5.2.1 H)	
Diálogo local	
Contratação	
Execução	
Avaliação	
Formalização MEI (5.2.1 H)	
Diálogo local	
Contratação	
Execução	
Avaliação	
Empreendedorismo e Gestão (5.2.2)	
Diálogo local	
Contratação	
Execução	
Avaliação	
Artesanato (5.2.3)	
Diálogo local	
Contratação	
Execução	
Avaliação	

Custos

Os investimentos desse projeto são subdivididos entre recursos compensatórios previstos no orçamento do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura e Lazer e recursos de origem reparatória, provisionados no orçamento 2018 do PG19 – Recuperação dos Micro e Pequenos Negócios afetados pelo rompimento da barragem.

É fundamental esclarecer que em virtude do processo concorrencial de contratação aplicado pela Renova em função de suas definições estatutárias e da grande gama de ações e sub-ações previstas, os valores aqui apresentados tratam-se apenas de estimativas. Estes serão alvo de constantes revisões ao longo de seu período de execução.

Ações - 2018	Estimado 2018
Apoio a Eventos	
• Projeto Verão	R$ 560.000
• Festas Culturais	R$ 230.000
• Circuito de Surf	R$ 300.000
Capacitações para gestão e produção de eventos	R$ 160.000
Convênio SEBRAE-ES	R$ 1.600.000
Desenvolvimento do Associativismo	R$ 250.000
Investimento em Novos Negócios	R$ 750.000
Projeto de Centro de Atendimento ao Turista	R$ 180.000
Viagens para visitas técnicas	R$ 60.000
TOTAL	**R$ 4.090.000,00**

Resultados Esperados

Espera-se que ao final de 2018, este projeto tenha contribuído para o desenvolvimento do empreendedorismo local, criando melhores condições para que o produto turístico Foz do Rio Doce possa avançar no seu grau de maturidade e proporcionar para a comunidade local uma real fonte de renda e desenvolvimento.

Espera-se que a comunidade local se encontre qualificada e empoderada para desenvolver e implementar seu próprio processo de desenvolvimento econômico sustentável, baseado no pilar do turismo, que valorize a cultura local, além de oferecer ao visitante uma experiência aprazível de lazer, gastronomia, entretenimento e serviços.

Anexo III - Equipe do Programa

Gerente Executivo: Marcus Fuchs

Líder de Programa: Shymena Guedes

Especialista: Fernanda Rennó